

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais
e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individuais e consolidados

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidados

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados - método indireto

Demonstrações dos valores adicionados individuais e consolidados - informação suplementar

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Quotistas e Administradores da
Âmbar Energia Ltda.
São Paulo - SP

Introdução

Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Âmbar Energia Ltda. ("Empresa"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Âmbar Energia Ltda. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação a Empresa e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante sobre a continuidade operacional de investimentos

Continuidade operacional das Companhias eólicas investidas do Fundo de Investimento em Participações Caixa Milão

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11.1 (c.3) as demonstrações contábeis, o Fundo de Investimento em Participações Caixa Milão possui investimentos em 13 (treze) companhias eólicas originadas do Leilão Público nº 5/2013 ("Leilão"), realizado em 23 de agosto de 2013, cujo objeto deste leilão foi a contratação de Energia de Reserva proveniente de empreendimentos de geração, a partir da fonte eólica, destinada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), no Ambiente de Contratação Regulada (ACR). De acordo com o referido Leilão, as Companhias eólicas possuíam a obrigação de iniciarem as suas operações comerciais até setembro de 2015, porém com a decretação de falência da Wind Power Energia S.A. (WPE), principal fornecedor dos empreendimentos de aerogeradores, e a consequente rescisão dos contratos de fornecimentos, não cumpriu os prazos determinados, e foram descontratadas do referido leilão.

Mesmo após a desconstrução, a Administração continua a atuar na gestão dos ativos e recursos já investidos nos empreendimentos, bem como na avaliação das opções mais viáveis para uma resolução do atual quadro no qual as Companhias se encontram.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de dezembro de 2019, os acionistas das Companhias aprovaram a dissolução e início do processo de liquidação das Companhias, nos termos do artigo 206, I, c da Lei nº 6.404/76, bem como a destituição dos diretores das Companhias e a nomeação de dois liquidantes. Ao longo do ano de 2020, será realizado um diagnóstico completo para avaliar a viabilidade do negócio, contemplando o custo e o investimento necessário para a continuidade do projeto eólico e, até o momento, não há planos definidos ou intenções que possam afetar substancialmente o valor ou a classificação de ativos e passivos apresentados nas Demonstrações Contábeis.

Consequentemente, a continuidade operacional das companhias eólicas depende do sucesso na avaliação das opções viáveis para resolução dos atuais quadros que se encontram.

As demonstrações contábeis das companhias eólicas foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas atividades e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de as companhias eólicas continuarem operando. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Ênfase

Acordos firmados pela controladora direta J&F investimentos S.A. e investigações independentes

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.2 às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019, é de conhecimento público, que em maio de 2017 determinados executivos e ex-executivos da J&F Investimentos S.A. ("J&F"), na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao "Grupo J&F", assumiu algumas obrigações no Acordo de Colaboração Premiada com a Procuradoria Geral da República ("PGR"). Em junho de 2017, a J&F celebrou Acordo de Leniência ("Acordo") com o Ministério Público Federal ("MPF") o qual foi homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF em 24 de agosto de 2017, sendo que a Âmbar Energia Ltda. ("Âmbar") aderiu a esse Acordo em 21 de setembro de 2017. Diante desse cenário, o Grupo J&F está cumprindo as obrigações assumidas no Acordo. Ressalta que a Âmbar e suas subsidiárias, não são alvos de nenhuma das operações acima mencionadas, e o Acordo não trará ônus pecuniário ou financeiro para elas, que, entretanto, as protege, contra ações propostas pelo Ministério Público Federal.

A investigação interna realizada na Âmbar Energia Ltda. foi concluída e apresentada ao Comitê de Supervisão Independente e ao Ministério Público Federal em 13 de setembro de 2018. Segundo a Administração, o resultado da investigação interna confirmou não ter havido qualquer envolvimento dos executivos e Colaboradores da Âmbar Energia Ltda. nos atos ilícitos que constituem objeto do Acordo de Leniência, bem como, não revelou quaisquer práticas de ilicitudes que pudessem ter causado reflexos nas demonstrações contábeis ora apresentadas.

As investigações na controladora J&F permanecem em curso. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esses assuntos.

Resolução antecipada do contrato de fornecimento de gás natural com a Petrobrás

Chamamos atenção a Nota Explicativa nº 1.3 às demonstrações contábeis, que em 07 de junho de 2017 a Âmbar, recebeu notificação extrajudicial da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, fornecedora de gás natural, em relação a resolução unilateral do Contrato de Compra e Venda de Gás Natural celebrado em 13 de abril de 2017 entre a Petrobras e a Sociedade para atendimento à Usina Termelétrica Mario Covas ("UTE Cuiabá"), diante das informações de que os executivos da J&F Investimentos, controladora da notificada, ofereceram a agente público pagamento indevido e vedado legalmente, a fim de que intercedesse junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE em favor da Sociedade em assunto referente ao objeto do Contrato.

A Empresa, através da sua assessoria jurídica, tomou como medida, em 10 de agosto de 2017, o ingresso de processo de "requerimento de arbitragem", junto a Câmara de Comércio Internacional ("CCI"), buscando dirimir as questões controversas em relação ao contrato, bem como alegando a ilicitude da resolução unilateral pela Petrobrás, e o indébito de valores requeridos a título de indenização.

Em contrapartida, a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, em 06 de novembro de 2017, apresentou reconvenção na Arbitragem almejando a condenação da Âmbar ao pagamento de indenização pela resolução contratual.

Os valores antecipados em decorrência da Cláusula 16.3 do Contrato de Compra e Venda de Gás Natural serão devolvidos à Âmbar em caso de êxito na Arbitragem, ou então, deduzidos de valores que possam vir a ser reconhecidos como devido à Petrobras.

A assessoria jurídica classifica como "possível" a probabilidade de êxito da ação.

Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Empresa, e apresentadas como informação suplementar, sendo requeridas somente para as companhias abertas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;



- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2020.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1


Robinson Meira
Contador CRC 1 SP 244496/O-5

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	353	2.613	5.141	3.736
Contas a receber	5	151.386	1.860	160.938	2.062
Estoques		-	-	2.946	2.684
Almoxarifado	6	19.549	17.310	19.565	17.326
Juros sobre capital próprio	7	1.550	-	-	-
Tributos e contribuições a compensar	8	29.269	11.903	29.361	12.420
Outros ativos circulantes	10	25.912	8.971	26.388	9.349
Ativos mantidos para venda	12	1.099.918	1.181.230	1.342.647	1.469.793
		<u>1.327.937</u>	<u>1.223.887</u>	<u>1.586.986</u>	<u>1.517.370</u>
Não circulante					
Partes relacionadas	9	92.524	113.195	92.360	111.336
Tributos e contribuições a compensar	8	6.501	6.501	6.501	6.501
Depósitos, cauções e outros		6.941	7.102	6.973	7.149
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	12.346	12.346	39.623	39.677
Outros ativos não circulantes	10	46.014	47.934	46.014	47.934
Investimentos	11	754.127	724.884	25.987	20.991
Imobilizado	13	184.870	206.418	235.889	261.361
Intangível	14	73	56	684.028	672.904
		<u>1.103.396</u>	<u>1.118.436</u>	<u>1.137.375</u>	<u>1.167.853</u>
Total do Ativo		<u><u>2.431.333</u></u>	<u><u>2.342.323</u></u>	<u><u>2.724.361</u></u>	<u><u>2.685.223</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	336.426	-	336.426	-
Fornecedores	16	172.522	16.044	163.195	17.389
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	17	36.200	9.453	47.063	10.454
Juros sobre capital próprio	7	-	-	16	-
Outros passivos circulantes	19	7.663	7.577	9.306	9.011
Passivos mantidos para venda	12	-	-	231.767	278.669
		<u>552.811</u>	<u>33.074</u>	<u>787.773</u>	<u>315.523</u>
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	158.571	-	158.571	-
Fornecedores	16	25.249	25.249	25.249	25.249
Partes relacionadas	9	375.837	363.641	488.556	491.954
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	17	-	-	6.333	6.661
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	4.603	4.603	90.183	95.127
Provisão para riscos processuais e fiscais	20	1.383	1.771	2.036	2.499
Provisão para perda com investimentos	11	158.667	177.706	-	-
		<u>724.310</u>	<u>572.970</u>	<u>770.928</u>	<u>621.490</u>
Patrimônio Líquido					
Capital social	21	1.304.524	1.777.524	1.304.524	1.777.524
Transações de capital		(1.804)	(1.804)	(1.804)	(1.804)
Reserva especial de ágio na incorporação		8.013	8.013	8.013	8.013
Prejuízos acumulados		(177.444)	(64.131)	(177.444)	(64.131)
Outros resultados abrangentes		20.923	16.677	20.923	16.677
Atribuível a participação dos acionistas controladores		1.154.212	1.736.279	1.154.212	1.736.279
Participação dos não controladores		-	-	11.448	11.931
Total do Patrimônio Líquido		<u>1.154.212</u>	<u>1.736.279</u>	<u>1.165.660</u>	<u>1.748.210</u>
Total do Passivo e patrimônio líquido		<u>2.431.333</u>	<u>2.342.323</u>	<u>2.724.361</u>	<u>2.685.223</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receita operacional líquida	22	323.957	6.176	352.576	7.792
Custo operacionais	23	(343.266)	(35.162)	(335.142)	(51.352)
Resultado bruto		(19.309)	(28.986)	17.434	(43.560)
Despesas administrativas e gerais	23	(23.627)	(28.124)	(29.219)	(33.746)
Outras receitas (despesas), líquidos	23	(206)	347	(206)	(1.212)
		(23.833)	(27.777)	(29.425)	(34.958)
Resultado operacional		(43.142)	(56.763)	(11.991)	(78.518)
Resultado financeiro					
Receita financeira	24	12.202	4.583	42.613	46.280
Despesa financeira	24	(10.491)	(2.771)	(37.976)	(25.237)
		1.711	1.812	4.637	21.043
Resultado de equivalência patrimonial e realização da menos valia	11	33.624	(1.554)	(818)	(3.710)
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL		(7.807)	(56.505)	(8.172)	(61.185)
IRPJ e CSLL corrente	18	-	-	(6.645)	165
IRPJ e CSLL diferido	18	-	94.727	7.150	98.000
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício das operações continuadas		(7.807)	38.222	(7.667)	36.980
Resultado líquido das operações descontinuadas	12	(105.506)	(102.353)	(106.546)	(102.353)
Prejuízo do exercício		(113.313)	(64.131)	(114.213)	(65.373)
Atribuído a:					
Participação dos controladores		(113.313)	(64.131)	(113.313)	(64.131)
Participação dos não controladores		-	-	(900)	(1.242)
		(113.313)	(64.131)	(114.213)	(65.373)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Prejuízo do exercício	(113.313)	(64.131)	(114.213)	(65.373)
Ajuste acumulado de conversão (controlada)	(6.863)	(25.227)	(6.864)	(25.227)
Ajuste acumulado de conversão	11.109	40.391	11.110	40.391
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(109.067)</u>	<u>(48.967)</u>	<u>(109.967)</u>	<u>(50.209)</u>
Total do resultado abrangente atribuível a:				
Acionistas da empresa	(109.067)	(48.967)	(109.067)	(48.967)
Não controladores	-	-	(900)	(1.242)
	<u>(109.067)</u>	<u>(48.967)</u>	<u>(109.967)</u>	<u>(50.209)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Transações de Capital	Reserva especial de ágio	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos acumulados	Total	Participação dos acionistas não controladores	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.139.195	101.828	(1.688)	8.013	1.513	(266.032)	1.982.829	13.103	1.995.932
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(64.131)	(64.131)	(1.242)	(65.373)
Ajuste acumulado de conversão (controlada)	-	-	-	-	(25.227)	-	(25.227)	-	(25.227)
Ajustes acumulados de conversão (ágio)	-	-	-	-	40.391	-	40.391	-	40.391
Aumento de capital	101.828	(101.828)	-	-	-	-	-	-	-
Redução de capital	(463.499)	-	-	-	-	266.032	(197.467)	-	(197.467)
Transação de capital - variação de participação	-	-	(116)	-	-	-	(116)	-	(116)
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	70	70
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.777.524	-	(1.804)	8.013	16.677	(64.131)	1.736.279	11.931	1.748.210
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(113.313)	(113.313)	(900)	(114.217)
Ajuste acumulado de conversão (controlada)	-	-	-	-	(6.864)	-	(6.864)	-	(6.864)
Ajustes acumulados de conversão (ágio)	-	-	-	-	11.110	-	11.110	-	11.110
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Redução de capital	(473.000)	-	-	-	-	-	(473.000)	-	(473.000)
Transação de capital - variação de participação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	417	417
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.304.524	-	(1.804)	8.013	20.923	(177.444)	1.154.212	11.448	1.165.660

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(113.313)	(64.131)	(114.213)	(65.373)
Ajustes por:				
Depreciação, amortização e impairment	21.897	22.298	28.415	28.906
Ganhos/Perdas com resultado de equivalência patrimonial	(33.624)	1.554	818	3.710
Impostos de renda e contribuição social diferidos	-	(94.727)	(7.150)	(98.000)
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	6.645	(165)
Resultado financeiro líquido	(1.711)	(2.003)	3.529	(1.624)
Provisão para contingências	(35)	455	(35)	(3.749)
Encargos de empréstimos e financiamentos	1.637	-	1.637	-
Variação Cambial sobre conversões	(156)	-	(8.165)	-
Outros	-	-	(108)	-
Resultado com operação descontinuada	105.506	102.353	106.546	102.353
	(19.799)	(34.201)	17.919	(33.942)
Variação em:				
Contas a receber	(149.526)	46.486	(158.877)	65.715
Estoques e almoxarifado	(2.240)	(691)	(2.503)	6.084
Impostos a recuperar circulante e não circulante	(17.366)	9.552	(16.940)	9.038
Outros ativos circulantes e não circulantes	(14.777)	(2.132)	(14.887)	15.541
Depósitos, cauções e outros	161	-	176	-
Fornecedores	156.478	(38.573)	145.805	(42.295)
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais circulante e não circulante	26.746	(7.796)	31.896	(14.034)
Outros passivos circulantes e não circulantes	(476)	(9.638)	(4.388)	(11.041)
Pagamento de contingências	-	(153)	-	(168)
Ativos mantidos para venda	-	-	80.277	81.521
Variações em ativos e passivos operacionais	1.000	(2.945)	60.559	110.361
Juros pagos	763	(132)	1.135	(234)
Juros recebidos	(232)	337	(232)	2.843
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	-	-	-	(2.623)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(20.268)	(36.941)	79.381	76.405
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adições e baixas de ativo imobilizado e intangível	(366)	(218)	(1.657)	(45.216)
Adições nos investimentos em controladas e coligadas	(34.462)	(6.889)	(5.706)	(140)
Transações com partes relacionadas	32.867	-	15.578	-
Ativo contratual da concessão (construção)	-	-	-	28.464
Dividendos recebidos	-	4.577	-	33.639
Ativos mantidos para a venda	-	-	(58.686)	(87.948)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(1.961)	(2.530)	(50.471)	(71.201)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos captados	500.000	-	500.000	-
Custo de captação	(7.031)	-	(7.031)	-
Pagamentos de dividendos	-	-	-	(33.639)
Transação com partes relacionadas	-	238.720	-	250.123
Transação de capital	-	-	-	(116)
Aumento (redução) do capital social	(473.000)	(197.467)	(473.000)	(197.467)
Participação de não controladores	-	-	416	70
Ativo mantidos para venda	-	-	(47.890)	(47.852)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	19.969	41.253	(27.505)	(28.881)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes	-	-	-	-
Variação líquida no exercício	(2.260)	1.782	1.405	(23.677)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.613	831	3.736	27.413
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	353	2.613	5.141	3.736

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita operacional				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	362.419	-	399.806	1.949
Outras receitas	-	16	32	17
	<u>362.419</u>	<u>16</u>	<u>399.838</u>	<u>1.966</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(311.375)	(4.993)	(289.110)	(8.988)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(7.664)	(10.493)	(12.515)	(15.033)
Perda / Recuperação de valores ativos	(1.855)	480	(1.855)	480
	<u>(320.894)</u>	<u>(15.006)</u>	<u>(303.480)</u>	<u>(23.541)</u>
Valor adicionado bruto	<u>41.525</u>	<u>(14.990)</u>	<u>96.358</u>	<u>(21.575)</u>
Depreciação e Amortização	(21.897)	(22.298)	(28.415)	(28.906)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>19.628</u>	<u>(37.288)</u>	<u>67.943</u>	<u>(50.481)</u>
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	33.624	(1.554)	(818)	(3.710)
Receitas financeiras	12.202	4.583	42.613	46.280
Resultado líquido das operações descontinuadas	(105.506)	(102.353)	(106.546)	(102.353)
Outras	(6)	315	(6)	(1.244)
Valor adicionado total a distribuir	<u>(40.058)</u>	<u>(136.297)</u>	<u>3.186</u>	<u>(111.508)</u>
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	18.521	18.644	25.328	24.274
Benefícios	1.704	1.956	2.380	2.331
FGTS	1.408	1.052	1.537	1.137
	<u>21.633</u>	<u>21.652</u>	<u>29.245</u>	<u>27.742</u>
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	42.472	(97.140)	51.440	(99.872)
Estaduais	-	-	3	4
Municipais	157	133	179	134
	<u>42.629</u>	<u>(97.007)</u>	<u>51.622</u>	<u>(99.734)</u>
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	8.560	2.716	35.497	25.074
Aluguéis	351	392	628	651
Outras	82	81	408	132
	<u>8.993</u>	<u>3.189</u>	<u>36.531</u>	<u>25.857</u>
Remuneração de capitais próprios				
Prejuízo atribuído aos acionistas controladores	(113.313)	(64.131)	(113.313)	(64.131)
Prejuízo atribuído aos acionistas não controladores	-	-	(900)	(1.242)
	<u>(113.313)</u>	<u>(64.131)</u>	<u>(114.213)</u>	<u>(65.373)</u>
Valor adicionado total distribuído	<u>(40.058)</u>	<u>(136.297)</u>	<u>3.186</u>	<u>(111.508)</u>

Notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

A Âmbar Energia Ltda. (“Empresa” ou “Âmbar”) foi constituída em 30 de janeiro de 1997 e é parte integrante do Projeto Cuiabá, que também compreende as Empresas Gasocidente do Mato Grosso Ltda. (“GOM”) e Gasoriente Boliviano Ltda. (“GOB”). A Empresa tem como objeto social a prestação de serviço de operação e manutenção de usinas termelétricas e a geração, transmissão e comercialização de energia, bem como a compra, importação, comercialização e distribuição de gás natural, óleo diesel e outros combustíveis.

As atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia são regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (“ANEEL”). Assim, a Empresa foi autorizada a implantar uma usina termelétrica de ciclo combinado (“Usina”), com duas turbogeradoras a gás, de 167,40 MW cada uma, e uma turbogeradora a vapor de 194,40 MW. As três turbogeradoras totalizavam 529,20 MW de potência instalada, em ciclo combinado, utilizando como combustível o gás natural.

De 2011 a outubro de 2015 a Empresa possuía contrato com a Petrobras de locação e serviços de manutenção e operação da Usina. A partir de 20 de outubro de 2015 a Âmbar iniciou a operação no Mercado de Energia à Curto Prazo com a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). O insumo (Gás Natural) foi adquirido da Petrobras e o contrato ficou vigente até 15 de janeiro de 2015. No ano de 2016 a Empresa basicamente não teve geração por decisão gerencial devido à baixa no preço da energia.

No mês de novembro de 2016, a Âmbar Energia Ltda. firmou um contrato interrompível com a YPFB (Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos) para fornecimento de gás natural. O contrato tem duração de quatro anos e terminará em 31 de dezembro de 2019. Em 26 de julho de 2019, firmou o primeiro aditivo do contrato que estendeu a vigência para 31 de dezembro de 2020.

Em 25 de fevereiro de 2019, a Âmbar firmou um contrato com a GOM - Gasocidente do Mato Grosso Ltda, de prestação de serviço de transporte extraordinário de gás natural pelo transportador (GOB - Gasoriente Boliviano Ltda) e este teve vigência de 1 mês. No dia 26 de julho de 2019 a Empresa firmou um novo contrato com a GOM com vigência até 31 de dezembro de 2019. Em janeiro de 2020 foi firmado um novo contrato que terminará em 31 de dezembro de 2020.

1.1. Incorporações e alteração da razão social

Em 29 de fevereiro de 2016 a Empresa incorporou a Zetta Lighting com o objetivo de simplificar as estruturas administrativas e operacionais das sociedades, racionalizar e otimizar os resultados, melhorar o gerenciamento dos fluxos financeiros e permitir uma melhor alocação dos recursos disponíveis em benefício dos controladores finais da Empresa. O acervo líquido incorporado foi de R\$ 497.384.

O valor do ágio de investimentos em controladas esperado pela rentabilidade futura da incorporação da Zetta Lighting é de R\$ 429.897, e em 31 de dezembro de 2016 fora reconhecido impairment do respectivo ágio no montante de R\$ 30.118.

Em 02 de janeiro de 2017 a Empresa incorporou a Âmbar Participações Energia Ltda. (anteriormente controlada por sua holding a J&F Investimentos S.A.), a incorporada tinha por objetivo investir nos setores de infraestrutura e energia, e em dezembro de 2012 adquiriu 99% das cotas de um fundo de investimento administrado e gerenciado pela REAG Investimentos, Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Milão (FIP Milão). Em decorrência desta incorporação, a denominação social da Empresa foi alterada de EPE - Empresa Produtora de Energia Ltda. para Âmbar Energia Ltda.

1.2. Acordos de Colaboração de executivos e ex-executivos e acordo de leniência de sua Companhia ligada JBS S.A. e sua controladora indireta J&F Investimentos S.A.

Como é de conhecimento público, em maio de 2017, determinados executivos e ex-executivos da J&F Investimentos S.A. (J&F) e outras empresas por ela controladas, incluindo a JBS S.A. (JBS), celebraram acordos de colaboração premiada com a Procuradoria Geral da República ("PGR"), posteriormente homologados pelo Supremo Tribunal Federal ("STF"), objetivando o atendimento do interesse público, em especial o aprofundamento, em todo país, das investigações em torno de eventos contrários à lei.

Acordo de Leniência da J&F Investimentos S.A.

Em junho de 2017, a J&F celebrou Acordo de Leniência ("Acordo") com o Ministério Público Federal ("MPF") o qual foi homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF em 24 de agosto de 2017, sendo que a Âmbar Energia Ltda. ("Âmbar") aderiu a esse Acordo em 21 de setembro de 2017.

No Acordo, a J&F comprometeu-se, em seu nome e em nome das empresas controladas, a cooperar voluntariamente com o Estado, a realizar investigações internas e a fornecer elementos de informação para comprovar a materialidade e autoria dos atos irregulares cometidos e confessados, onde, J&F comprometeu-se a reparar integralmente os danos e prejuízos decorrentes das infrações cometidas mediante o pagamento de R\$ 10,3 bilhões, durante os próximos 25 anos, sendo 50 milhões em cinco parcelas semestrais com vencimento a partir de dezembro de 2017, e outras 22 parcelas anuais com vencimentos a partir de dezembro de 2020, a serem pagas exclusivamente pela J&F a título de ressarcimento pelos danos causados pelos fatos investigados nas operações Cui Bono, Carne Fraca, Sepsis, Greefield e pelos demais fatos mencionados nos anexos constantes do respectivo Acordo.

Ressalta-se que a Âmbar e suas subsidiárias não são alvos de nenhuma das operações acima mencionadas, que o Acordo não trará ônus pecuniário ou financeiro para elas, que, entretanto, as protege, contra ações propostas pelo Ministério Público Federal.

A J&F compromete-se também (i) a implementar medidas que impeçam a prática de ilícitos, realizando o aprimoramento e implantação de programas de integridade, (ii) a cooperar e colaborar efetivamente com as investigações oficiais, mediante a realização de uma ampla investigação interna que deverá obedecer às melhores práticas internacionais, com de apurar os fatos já levados de boa-fé a conhecimento das autoridades, bem como (iii) reparar os danos decorrentes dos atos confessados.

A partir de fevereiro de 2018, a Âmbar Energia Ltda. (“Âmbar”) em resposta a adesão ao Acordo, deu início à implementação de um Sistema de Gestão de Compliance (Programa de Integridade) com o lançamento de um Código de Conduta, promoção de treinamento a seus Colaboradores e aprimoramento e elaboração de políticas e procedimentos internos relacionados ao tema de integridade e anticorrupção. Além disso, a Âmbar já implementou um canal para relatos e denúncias. As medidas de implementação do Sistema de Gestão de Compliance da Âmbar, bem como a execução das ações previstas em seu cronograma continuam em sintonia com as disposições do Acordo de Leniência conforme certificou o MPF através das certidões de nº 567/2018, 703/2018, 6611/2018, 11931/2018, 9152/2019, 13170/2019 e 303/2020 emitida em 10/01/2020.

Diante deste cenário, o Grupo J&F está cumprindo suas obrigações assumidas no Acordo. As investigações na controladora indireta J&F permanecem em curso.

Informações relacionadas ao andamento das investigações internas

Em decorrência dos acontecimentos, a administração da Âmbar Energia Ltda, em cumprimento a seus deveres de diligência, contratou em 21 de novembro de 2017 o escritório de advocacia independente Campos Mello Advogados que, juntamente com os especialistas em perícia forense, FTI Consulting Brasil (“Assessores Legais”), iniciaram uma investigação interna relacionada aos eventos delatados por seu acionista, visando a constatar eventuais repercussões dos fatos mencionados no Acordo em relação a Âmbar ou se alguns dos membros da administração ou qualquer um de seus funcionários que tenham responsabilidade no processo de elaboração dos relatórios financeiros estiveram envolvidos nos atos mencionados.

Entendemos também ser importante destacar que, em 11 de agosto de 2017, como parte das obrigações assumidas no âmbito do Acordo de Leniência, foi constituído um Comitê de Supervisão Independente (“Comitê”) para realizar uma investigação interna em suas controladas e coligadas, com o objetivo de identificar a participação de seus colaboradores em atos que não tenham sido revelados na colaboração premiada efetuada por seus executivos e ex-executivos. Esse Comitê ratificou a contratação dos Assessores Legais, passando estes a responder diretamente ao Comitê de Supervisão Independente, inclusive no que diz respeito a seu escopo de atuação, neste contexto, o relatório de status do andamento das investigações internas, apresentado a esse Comitê e por ele aprovado sem ressalvas.

A referida investigação realizada pelos Assessores Legais teve como objetivo verificar eventual existência de documentos ou elementos probatórios adicionais de corroboração dos fatos narrados no referido Acordo de Leniência. Adicionalmente, eventuais novos fatos ocorridos na Âmbar. Os Assessores Legais conduziram revisões de documentações relacionadas aos temas sob investigação, entrevistas com pessoas relevantes e conduzindo análises financeiras e contábeis. Como resultado desta investigação, os Assessores Legais concluíram que não foram identificadas evidências de que a Âmbar, sua então administração ou qualquer de seus empregados se envolveram em atividades de corrupção, nem tampouco a necessidade de ajustes relevantes nestas demonstrações financeiras.

A investigação interna foi conduzida com base em um plano de investigação elaborado pelo Campos Mello Advogados, contendo breve histórico do caso, o objeto da investigação, medidas investigativas e cronograma de trabalho.

Coletas de dados e preservação forenses de documentos corporativos

As coletas forenses de documentos corporativos ocorreram em três locais: (i) na sede da Âmbar em São Paulo/SP; (ii) no escritório da filial localizada em Cuiabá/MT e (iii) na usina termelétrica também situada em Cuiabá/MT.

Os procedimentos de coletas forenses foram realizados em dois períodos: (i) entre os dias 6 e 8 de dezembro de 2017, na sede Âmbar em São Paulo/SP, e (ii) entre os dias 11 de dezembro de 2017 e 2 de janeiro de 2018, nas unidades localizadas em Cuiabá/MT. A coleta forense do servidor de e-mails foi concluída na sede do 30º Tabelião de Notas de São Paulo/SP.

No procedimento de coletas forenses de servidores e arquivos foram coletadas fontes de evidências no total de 29 computadores, incluindo desktops e laptops, 23 celulares e outros dispositivos móveis, 6 dispositivos de armazenamento de dados (pen-drives e discos externos), gerando uma coleta total aproximada de 3.760 gigabytes de dados.

A investigação interna realizada na Âmbar Energia Ltda. foi concluída e apresentada ao Comitê de Supervisão Independente e ao Ministério Público Federal em 13 de setembro de 2018. Adicionalmente ratificamos que o resultado da investigação interna confirmou não ter havido qualquer envolvimento dos executivos e Colaboradores da Âmbar Energia nos atos ilícitos que constituem objeto do Acordo de Leniência.

1.3. Informações gerais sobre a resolução antecipada do contrato da Petrobras

Em 07 de junho de 2017 a Âmbar, recebeu notificação extrajudicial da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, fornecedora de gás natural, em relação a resolução unilateral do Contrato de Compra e Venda de Gás Natural celebrado em 13 de abril de 2017 entre a Petrobras e a Sociedade para atendimento à Usina Termelétrica Mario Covas ("UTE Cuiabá"), diante das informações de que os executivos da J&F Investimentos, controladora da notificada, ofereceram a agente público pagamento indevido e vedado legalmente, a fim de que intercedesse junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE em favor da Sociedade em assunto referente ao objeto do Contrato.

A Empresa, através da sua assessoria jurídica, tomou como medida, em 10 de agosto de 2017, o ingresso de processo de "requerimento de arbitragem", junto a Câmara de Comércio Internacional ("CCI"), buscando dirimir as questões controversas em relação ao contrato, bem como alegando a ilicitude da resolução unilateral pela Petrobras, e o indébito de valores requeridos a título de indenização.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

Em contrapartida, a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, em 06 de novembro de 2017, apresentou reconvenção na Arbitragem almejando a condenação da Âmbar ao pagamento de indenização pela resolução contratual.

Os valores antecipados em decorrência da Cláusula 16.3 do Contrato de Compra e Venda de Gás Natural serão devolvidos à Âmbar em caso de êxito na Arbitragem, ou então, deduzidos de valores que possam vir a ser reconhecidos como devido à Petrobras.

A assessoria jurídica classifica como “possível” a probabilidade de êxito da ação.

1.4. Principais investimentos e atividades

As demonstrações contábeis a seguir apresentadas, incluem além das operações individuais, as atividades de suas controladas. A seguir segue quadro resumo dos principais investimentos e atividades:

Denominação utilizada	Atividades	Estado/ País	Participação	%
Gasorient Boliviano (GOB)	Operação de transporte de gás natural através do gasoduto Brasil/Bolívia.	Bolívia	Direta	99,99%
Gasocidente Matogrosso Ltda. (GOM)	Operação de instalação de Transporte de Gás Natural	MT	Direta	99%
Fundo de Investimento em Participações Multestratégia Milão (FIP MILÃO)	Fundo de investimento em ações ou títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações das investidas com foco no setor de energia.	SP	Direta	99%
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não Padronizados (FDIC NP Ceres)	Fundo de investimento em renda fixa e créditos performados decorrentes da geração e comercialização de energia elétrica.	SP	Direta	2,66%
São João Transmissora de Energia S.A. (SJT)	Concessão de serviços públicos de transmissão de energia.	SP	Direta / Indireta	100%
São Pedro Transmissora de Energia S.A. (SPT)	Concessão de serviços públicos de transmissão de energia.	SP	Direta / Indireta	100%
Âmbar Comercializadora de Energia Ltda.	Comercialização de energia elétrica	SP	Direta	99,99%
Triângulo Mineiro Transmissora S.A. (TMT)	Concessão de serviços públicos de transmissão de energia.	RJ	Indireta	50,49%
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. (VSB)	Concessão de serviços públicos de transmissão de energia.	RJ	Indireta	50,49%
Bom Jesus Eólica S.A.	Geração de energia eólica - Não operacional	RJ	Indireta	50,48%
Cachoeira Eólica S.A.	Geração de energia eólica - Não operacional	RJ	Indireta	50,48%
Pitimbu Eólica S.A.	Geração de energia eólica - Não operacional	RJ	Indireta	50,48%
São Caetano Eólica S.A.	Geração de energia eólica - Não operacional	RJ	Indireta	50,48%
São Caetano I Eólica S.A.	Geração de energia eólica - Não operacional	RJ	Indireta	50,48%

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

Denominação utilizada	Atividades	Estado/ País	Participação	%
São Galvão Eólica S.A.	Geração de energia eólica - Não operacional	RJ	Indireta	50,48%
Carnaúba I Eólica S.A.	Geração de energia eólica - Não operacional	RJ	Indireta	50,47%
Carnaúba II Eólica S.A.	Geração de energia eólica - Não operacional	RJ	Indireta	50,48%
Carnaúba III Eólica S.A.	Geração de energia eólica - Não operacional	RJ	Indireta	50,47%
Carnaúba V Eólica S.A.	Geração de energia eólica - Não operacional	RJ	Indireta	50,48%
Cervantes I Eólica S.A.	Geração de energia eólica - Não operacional	RJ	Indireta	50,47%
Cervantes II Eólica S.A.	Geração de energia eólica - Não operacional	RJ	Indireta	50,49%
Punaú I Eólica S.A.	Geração de energia eólica - Não operacional	RJ	Indireta	50,48%

1.5. Acordo de compra e venda do controle acionário das controladas São Pedro e São João

Em 17 de dezembro de 2018 foi assinado entre a controladora Âmbar Energia Ltda, Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Milão e a compradora Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - TAESA o acordo de compra e venda (Share Purchase Agreement - SPA) de 100% das ações representativas do capital total e votante. A consumação da referida venda está sujeita a cumprimento de condições precedentes usuais para a operação.

Após o cumprimento das condições suspensivas aplicáveis à aquisição das controladas definidas no SPA mencionado acima, foi firmado no dia 14 de fevereiro de 2020 o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças entre as partes no valor de R\$ 753.168, e assim se concretizou a alienação das ações das controladas para a Taesa. A Empresa e o FIP MILÃO avaliaram os ativos da controlada SPT e reconheceram uma perda ao valor recuperável, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 12.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Companhias por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), atendendo inclusive normativos expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, naquilo que é permitido para uma empresa de responsabilidade limitada.

As demonstrações contábeis individuais da controladora estão identificadas como "Controladora" e as demonstrações contábeis consolidadas estão identificadas como "Consolidado".

A elaboração das demonstrações contábeis requer uso de certas estimativas contábeis no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à estimativa do valor justo de itens relacionados a combinações de negócios, valor recuperável de impostos a recuperar, vida útil do ativo imobilizado, provisões para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, benefícios de aposentadoria, mensuração a valor justo de instrumento financeiro e valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização pode divergir das estimativas. A Empresa e suas controladas revisam as estimativas e as premissas contábeis utilizadas no mínimo trimestralmente. Revisões das estimativas contábeis são reconhecidas nas demonstrações contábeis do período em que ocorrer a revisão. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Empresa e suas controladas.

A seguir as principais práticas contábeis, a fim de proporcionar um entendimento a respeito de como a Administração forma seus julgamentos a respeito de eventos futuros, incluindo as premissas utilizadas nas estimativas e a sensibilidade desses julgamentos para diferentes variáveis e condições, abaixo são apresentadas as principais políticas contábeis:

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 27 de março de 2020.

3. Principais práticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalentes de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente se qualifica como equivalentes de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

3.2. Ativo contratual da concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, a concessionária atua como prestador de serviço. A concessionária implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) e é remunerada por essa disponibilidade durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere à concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato.

A concessionária tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão e deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão.

As Controladas classificaram seu ativo da concessão como ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual origina da obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção.

Trimestralmente, à medida que as Controladas operam e mantêm a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo contratual, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado de fluxo de caixa futuro e é estimado no início da concessão e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos e podem gerar o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) atualizado pela taxa que remunera o ativo, estabelecida no início de cada projeto, e (ii) atualizado pelo IPCA.

3.3. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

3.4. Contabilização de combinação de negócios, teste de recuperabilidade de ágio e de ativos intangíveis

A Empresa realizou aquisições que geraram ágio de rentabilidade futura e outros ativos intangíveis de vida útil definida. As regras contábeis vigentes não permitem que em uma combinação de negócio, o ágio de rentabilidade futura seja amortizado, entretanto, ele deve ter o seu valor de recuperabilidade testado ao menos anualmente. A Administração utiliza de julgamentos para identificar ativos e passivos tangíveis e intangíveis, valorizar tais ativos e passivos, também para a determinação de sua vida útil, e geralmente contrata prestadores de serviços para assistir no processo de valorização.

O processo de valorização utiliza-se de premissas, baseando-se em fluxos de caixa descontados a uma taxa julgada apropriada. A utilização de diferentes premissas no processo de mensuração pode resultar em uma mensuração distinta dos ativos e passivos.

É testado anualmente o valor recuperável de seus ativos, ou sempre que haja eventos ou circunstâncias que indiquem perda de seu valor recuperável. Este processo envolve a utilização de premissas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos.

As premissas são baseadas em estimativas da Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e, condições econômicas que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Não há indícios de que deva existir uma mudança material nas atuais estimativas ou dos fluxos estimados que possam expor a Empresa a perda de valor recuperável material.

3.5. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Empresa possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

3.6. Imposto de Renda e Contribuição Social - diferido e corrente

A Empresa e suas controladas sobre regime do lucro real, reconhecem os impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias. Já as controladas sobre regime do lucro presumido, reconhecem a presunção de 8% para Imposto de Renda e 12% para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. No consolidado, o Imposto de Renda é estimado em conformidade com os regulamentos das jurisdições brasileira e boliviana, onde conduzimos nossos negócios.

Uma parte dos impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais não foram reconhecidos uma vez que a Administração não consegue determinar com segurança que a realização seja provável. Os prejuízos fiscais apurados no Brasil não expiram, entretanto estão limitados a utilização de 30% sobre o lucro tributável. Os impostos diferidos ativos são revisados regularmente e só são reconhecidos quando é provável que haja lucro tributável suficiente para sua compensação, baseando em lucros tributáveis projetados, e são limitados ao valor provável de sua realização.

3.7. Provisão para contingências

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração se utilize de estimativas e premissas referente as suas contingências, que afeta o valor de ativos e passivos e de receitas e despesas no período de reporte corrente.

Em particular, dada as incertezas de natureza fiscais na legislação fiscal brasileira, a determinação de passivos fiscais requer que a Administração se utilize de julgamentos, e o resultado quando da efetiva realização pode divergir das estimativas.

A Empresa e suas controladas estão sujeitas a processos de natureza trabalhista, cível, fiscal, previdenciário entre outros assuntos. A Administração precisa estimar a probabilidade de qualquer resultado adverso desses processos, assim como estimar as perdas prováveis desses assuntos. Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

3.8. Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.9. Conversão de moeda estrangeira

- Moeda funcional e de apresentação;

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Controladora. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional de cada controlada utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado financeiro do período, nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras".

- Conversão das demonstrações contábeis de controladas localizadas no exterior

As demonstrações contábeis das controladas sediadas no exterior são elaboradas de acordo com a respectiva moeda funcional de cada entidade. Para fins de cálculo da equivalência patrimonial e consolidação das informações que têm moeda funcional diferente da moeda de apresentação (R\$) são convertidos conforme a seguir:

- i) Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento de cada período;
- ii) As contas de resultado são convertidas pela taxa de câmbio médio;
- iii) Todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na linha de outros resultados abrangentes, e são apresentadas nas demonstrações do resultado abrangente e na mutação do patrimônio líquido.

3.10. Demonstrações contábeis individuais

Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em coligadas, controladas e empreendimento controlado em conjunto ("joint ventures") são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, foram feitos, em ambas as demonstrações contábeis, os mesmos ajustes de prática quando da adoção das IFRS e dos CPCs. O valor contábil desses investimentos inclui desdobramento dos custos de aquisição em valor patrimonial e ágio.

3.11. Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Empresa e de suas controladas. O controle é obtido quando a Empresa tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Quando necessário, as demonstrações contábeis de suas controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Empresa. Todas as transações, saldos e ganhos e perdas não realizados em transações entre empresas do grupo foram eliminados.

A participação de não controladores é apresentada nas demonstrações contábeis consolidadas como parte integrante do patrimônio líquido, assim como são destacados os resultados atribuíveis aos mesmos na demonstração de resultado.

Os investimentos em controladas, coligadas e outras que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum devem ser avaliados por equivalência patrimonial.

Adotamos como prática, utilizar a equivalência patrimonial no FIP seguindo orientação do CPC 18: "As demonstrações contábeis do investidor devem ser elaboradas utilizando práticas contábeis uniformes para eventos e transações de mesma natureza em circunstâncias semelhantes."

3.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Quando relevante, os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente sendo consideradas as seguintes premissas para o cálculo:

- i) O montante a ser descontado;
- ii) As datas de realização e liquidação;
- iii) A taxa de desconto.

3.13. Normas e interpretações novas e revisadas

- a) Norma emitida, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2019:
- IFRS 16/CPC 6 - Arrendamento mercantil: Estabelece o reconhecimento dos arrendamentos mercantis operacionais nos mesmos formatos dos arrendamentos mercantis financeiros (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2019) e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme único modelo, similar a contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários: arrendamentos de atividades de “baixo valor” e arrendamentos de curto prazo. A Empresa possui baixo volume com contratos de arrendamentos e cujos valores não são representativos, assim não há impactos significativos nas demonstrações contábeis.
 - ICPC 22 - IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda: essa interpretação, vigente para exercícios financeiros a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32.

A Administração da Empresa juntamente com seus assessores jurídicos analisaram as incertezas relacionadas aos tratamentos fiscais na apuração dos tributos sobre o lucro, e não identificaram impactos relevantes a não ser a provisão de imposto de renda e contribuição social referente a diferença de base de presunção do lucro presumido de 8% e 12% para 32% das suas controladas indiretas SPT e SJT.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Consistem, basicamente, em valores mantidos em caixa, bancos e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata em montante conhecido de caixa sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e expectativa de utilização em período inferior a 90 dias.

Os Certificados de Depósitos Bancários - CDB-DI, são aplicações realizadas junto a instituições financeiras de primeira linha, são pós-fixados e rendem em média 96% do valor da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa. A receita gerada por estas aplicações é registrada como receita financeira.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e bancos	288	119	5.076	1.242
Aplicações financeiras - CDB	65	2.494	65	2.494
	<u>353</u>	<u>2.613</u>	<u>5.141</u>	<u>3.736</u>

5. Contas a receber

Correspondem aos valores devidos pelos clientes no curso normal dos negócios da Empresa e da suas controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são apresentadas pelo custo amortizável, menos a eventual estimativa de perda do seu valor recuperável. As contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações contábeis.

A composição das contas a receber é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
A vencer				
Clientes nacionais	151.386	-	160.934	200
Vencidos				
Clientes nacionais	-	1.860	4	1.862
	<u>151.386</u>	<u>1.860</u>	<u>160.938</u>	<u>2.062</u>

A seguir a composição das contas a receber por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Duplicatas a vencer	151.386	-	160.934	200
Duplicatas vencidas:				
De 1 a 30 dias	-	-	3	-
Acima de 90 dias	-	1.860	1	1.862
	<u>151.386</u>	<u>1.860</u>	<u>160.938</u>	<u>2.062</u>

6. Almoxarifado

Composto principalmente por peças de reposição utilizadas para manutenção das turbinas da Usina.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Almoxarifado	19.549	17.310	19.565	17.326
	<u>19.549</u>	<u>17.310</u>	<u>19.565</u>	<u>17.326</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

7. Juros sobre capital próprio

Em 30 de dezembro de 2019, foi aprovado a apuração de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 1.566, na controlada GOM, o mesmo valor foi distribuído entre os sócios na seguinte proporção: R\$ 1.550 da Controladora e R\$ 16 J&F.

8. Tributos e contribuições a compensar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
ICMS e equivalentes (a)	6.501	6.501	6.501	6.876
PIS e COFINS (b)	26.203	1.056	26.278	1.148
CSLL a recuperar (c)	2.621	3.164	2.621	3.164
IRRF/IRPJ a recuperar (d)	432	7.670	448	7.719
Outros	13	13	14	14
	<u>35.770</u>	<u>18.404</u>	<u>35.862</u>	<u>18.921</u>

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Circulante	29.269	11.903	29.361	12.420
Não circulante	6.501	6.501	6.501	6.501
	<u>35.770</u>	<u>18.404</u>	<u>35.862</u>	<u>18.921</u>

- (a) O montante de R\$ 6.501 refere-se ao Imposto sobre Circularização de Mercadoria e Prestações de Serviços - ICMS, incidente na compra do gás no período de dezembro de 2015 a fevereiro de 2016;
- (b) O montante de R\$ 25.465 refere-se a crédito não cumulativo de PIS e COFINS, incidente sobre as aquisições de bens e serviços utilizados como insumos, energia elétrica, gás natural, aluguéis e outros permitidos pela legislação, utilizados na geração de produto vendido e R\$ 813 relativo a retenções do cliente Furnas, as quais foram solicitadas restituições da RFB, apurados na Âmbar e GOM;
- (c) O montante de R\$ 2.621 refere-se a Saldo Negativo de CSLL a recuperar, gerado na apuração por estimativa de impostos pagos em 2017 por antecipações;
- (d) O montante R\$ 448 refere-se a Saldo Negativo de IRPJ a recuperar, sendo R\$ 432 saldo da Controladora e R\$ 16 da controlada GOM, gerado na apuração por estimativa de impostos pagos em 2017 por antecipações.

9. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do período relativas a operações entre partes relacionadas, decorrem de transações com a Empresa e suas controladas em condições e preços de mercado estabelecidos entre as partes.

Nas operações de conta corrente incidem cobrança de custos administrativos, de captação e variação cambial, quando aplicável. Detalhamento dos créditos e débitos com partes relacionadas:

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

		Controladora					
		Ativo		Passivo		Efeito no resultado	
Vecto		2019	2018	2019	2018	2019	2018
J&F (a)	jun/2020	92.360	113.183	-	-	-	-
FDIC NP Ceres (b)		-	-	(275.670)	(275.670)	-	-
GOM (c)	dez/2020	-	-	(99.924)	(85.127)	-	-
SJT (d)		-	-	-	(930)	-	-
SPT (d)		-	-	-	(930)	-	-
Âmbar Comerc (e)		164	-	-	(984)	-	-
Futura Venture		-	12	(243)	-	-	-
		<u>92.524</u>	<u>113.195</u>	<u>(375.837)</u>	<u>(363.641)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

		Consolidado					
		Ativo		Passivo		Efeito no resultado	
Vencto		2019	2018	2019	2018	2019	2018
J&F (a)	jun/2020	92.360	111.324	-	-	-	-
FDIC NP Ceres (b)		-	-	(488.313)	(491.954)	-	-
Futura Venture		-	12	(243)	-	-	-
		<u>92.360</u>	<u>111.336</u>	<u>(488.556)</u>	<u>(491.954)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

- (a) Em 15 de junho 2016 foi celebrado um contrato de conta corrente entre Âmbar e J&F Investimentos S.A no valor de R\$ 140.000 por um período de 24 meses sem geração de juros, sendo prorrogado automaticamente, por prazos iguais e sucessivos, caso nenhuma das partes comunique a outra sobre o término do contrato. Em 11 de maio de 2017, foi firmado o primeiro termo aditivo de conta corrente entre J&F Investimentos S.A. e esta Empresa, onde as partes decidem majorar o termo para R\$ 500.000. Em 28 de março de 2018 mediante a 53ª ACS - Alteração e Consolidação do Contrato Social, os sócios da Âmbar deliberaram a redução do capital da Âmbar em R\$ 197.467 por julgá-lo excessivo em relação ao objeto social. Essa redução ocorreu com absorção do saldo presente em contrato de conta corrente existente entre as partes;
- (b) Em 28 de maio 2015, com a transação do Grupo AEI e J&F Investimentos S.A, o principal dos empréstimos com as controladoras foi capitalizado e os juros cedidos ao FDIC NP Ceres. Esses empréstimos foram tratados com as partes relacionadas AEI Luxembourg Holdings S.à.r.l. e EPE Holdings Ltda. que representavam obrigações denominadas em dólares norte-americanos, registradas no Banco Central do Brasil - BACEN. Com base no contrato de concessão assinado no exercício de 2017, o fluxo de pagamentos prevê amortização deste exercício no montante de R\$ 5.500, que foi efetuado em 07 de outubro de 2019;
- (c) Montante composto principalmente por R\$ 66.167 relativos aos créditos tributários cedidos pela GOM à JBS com vencimento em 01 de maio de 2018, sendo prorrogado automaticamente, por prazos iguais e sucessivos, caso nenhuma das partes comunique a outra sobre o término do contrato datado de 01 de maio de 2017 e R\$ 5.469 referente ao empréstimo obtido com a GOM com vencimento em 15 de dezembro de 2020. Esta dívida era atualizada pela variação do CDI, acrescido de juros de 0,5% ao ano, com vencimento em 09 de abril de 2018. Após acordo em 30 de setembro de 2015, os juros foram zerados.;
- (d) Foi assinado um contrato de cessão onerosa de direitos e obrigações com a Empresa, onde suas controladas São João Transmissora de Energia S.A (SJT) e São Pedro Transmissora de Energia S.A. (SPT) passam a ter o direito de receber de sua parte relacionada, fração do valor que detinha de crédito perante a Mavi Engenharia e Construção Ltda. A Empresa, firmou, por sua vez, junto à construtora, o contrato de locação de equipamentos, que prevê o pagamento integral do preço mediante utilização de parte do crédito habilitado em recuperação judicial do Grupo Bipar no montante de R\$ 1.860, sendo 50% devido a cada transmissora. Em março de 2019, esses valores foram liquidados;
- (e) Foi celebrado o contrato de conta corrente entre Âmbar Comercializadora e esta Empresa, no qual uma das partes possui o direito de solicitar recursos a outra parte, limitado a R\$ 10.000.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

10. Outros ativos circulantes e não circulantes

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Adiantamento a fornecedores (a)	23.325	6.501	23.325	6.501
Carta Fiança	719	1.704	719	1.704
Adiantamento de pessoal	14	7	14	17
Seguros e aluguéis	648	178	1.022	481
Outros adiantamentos (b)	47.201	47.193	47.270	47.226
Outros créditos a receber	19	1.322	52	1.354
	<u>71.926</u>	<u>56.905</u>	<u>72.402</u>	<u>57.283</u>
Ativo circulante	25.912	8.971	26.388	9.349
Ativo não circulante	<u>46.014</u>	<u>47.934</u>	<u>46.014</u>	<u>47.934</u>
	<u>71.926</u>	<u>56.905</u>	<u>72.402</u>	<u>57.283</u>

(a) O montante de R\$ 23.325 refere-se a adiantamentos realizados ao fornecedor Siemens Energy Inc, composto principalmente pelas importações de peças para manutenção de turbinas do ativo imobilizado da Empresa. A expectativa para baixa desse montante está prevista para a próxima manutenção que está programada para fevereiro de 2020;

(b) A Empresa possui registro em 31 de dezembro de 2019 na rubrica "outros adiantamentos" no consolidado, o montante de R\$ 47.270 composto principalmente por:

- Adiantamento a fornecedores de R\$ 45.853 referente a antecipação de compra de gás natural com a Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A. Vide nota explicativa nº 1.3.;
- Gastos com estudos elaborados para atendimento ao chamamento público 01/2013 SES de R\$ 145, que consiste em estudos técnicos e modelagem de projetos de Parceria Público Privada (PPP) com a prefeitura de São Paulo, com o objetivo de modernização, otimização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura de rede de iluminação pública do município de São Paulo. Os vencedores da licitação terão seus custos de elaboração do projeto ressarcidos nos termos do chamamento público;
- R\$ 1.272 refere-se a adiantamento a diversos fornecedores nacionais e internacionais.

11. Investimentos

Informações relevantes sobre investimentos no período de 31 de dezembro de 2019.

	Total de ativos	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)
Âmbar Comercializadora de Energia Ltda.	8	99,99	1.000	(778)	(1.772)
Gasocidente do Mato Grosso do Sul Ltda. (GOM)	262.817	99	411.411	36.197	15.792
Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Milão (FIP)	1.358.409	99	991.191	1.108.631	(106.346)
São João Transmissora de Energia S.A (SJT)	503.199	2,08	276.811	371.264	14.738
São Pedro Transmissora de Energia S.A (SPT)	610.717	1,97	383.239	510.881	11.097
Fundo de Investimento em Direitos Não Padronizados Ceres (FIDC)	501.158	2,66	4.386	501.087	12.509
Gasorient Bolívia Ltda. (GOB)	65.776	99,99	234.022	(149.163)	21.776

As empresas a seguir possuem participações direta e indireta:

	Controle direto	Controle Indireto
São João Transmissora de Energia S.A - SJT	2,08%	97,92%
São Pedro Transmissora de Energia S.A - SPT	1,97%	98,03%

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

Na controladora

	Saldo em 31/12/2018	Realiz. menos valia	Adição (Baixa)	Variação Cambial	Equivalência Patrimonial		Saldo em 31/12/19
					No PL	No resultado	
Investimentos (controladas e coligadas)							
Âmbar C.	994	-	-	-	-	(1.772)	(778)
FIP	7.881	-	4.732	-	-	(289)	12.324
FIDC	13.125	-	(137)	-	-	332	13.320
GOB	(121.972)	-	3.622	155	(6.879)	20.085	(104.989)
GOM	30.071	-	-	-	-	15.268	45.339
	<u>(69.901)</u>	<u>-</u>	<u>8.217</u>	<u>155</u>	<u>(6.879)</u>	<u>33.624</u>	<u>(34.784)</u>
Menos valia							
GOB	(45.864)	1.690	-	-	-	-	(44.174)
GOM	(9.870)	366	-	-	-	-	(9.504)
	<u>(55.734)</u>	<u>2.056</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(53.678)</u>
Ágio em controladas							
GOB	273.034	-	-	-	11.109	-	284.143
Âmbar E.	244.897	-	-	-	-	-	244.897
GOM	154.882	-	-	-	-	-	154.882
	<u>672.813</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>11.109</u>	<u>-</u>	<u>683.922</u>
Total	<u>547.178</u>	<u>2.056</u>	<u>8.217</u>	<u>155</u>	<u>4.230</u>	<u>33.624</u>	<u>595.460</u>
Investimentos	724.884						754.127
Provisão para perda com investimentos	<u>177.706</u>						<u>158.667</u>
	<u>547.178</u>						<u>595.460</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

No consolidado

	Saldo em 31/12/2018	Adição (Baixa)	Equivalência Patrimonial no Resultado	Saldo em 31/12/2019
FIP	7.866	5.844	(1.043)	12.667
FIDC	13.125	(138)	333	13.320
	<u>20.991</u>	<u>5.706</u>	<u>(710)</u>	<u>25.987</u>

11.1 Suas investidas compreendem

- a) SJT - São João Transmissora de Energia S.A. (ativo reclassificado para ativo não circulante mantido para venda)

A São João Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), companhia privada de capital fechado, foi constituída em 10 de junho de 2013 e está estabelecida desde 14 de agosto de 2017, na Av. Marginal Direita do Tietê, 500, bloco I 1º andar B sala 01. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE e tem por objeto social a construção, operação e a manutenção das Instalações de Transmissão de Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, decorrente do Contrato de Concessão do Lote A do Leilão nº 001/2013 promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e suas respectivas Instalações componentes do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Em 25 de junho de 2019, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL emitiu a Resolução Homologatória nº 2.565/2019, que determinou a compensação imediata da parcela relativa ao RAP (Receita Anual Permitida) recebida pela SJT entre 31/08/2016 e 16/11/2017, até o limite de R\$ 57.995 mil. Considerando que o montante atual de RAP é inferior ao valor que seria amortizado mensalmente, se referida determinação fosse integralmente atendida, a Companhia teria que permanecer fora da contabilização mensal do Operador Nacional do Sistema (ONS), no período de julho/2019 a junho/2020, até que todo o montante fosse descontado.

Visando garantir o recebimento mensal do RAP, a SJT impetrou Mandado de Segurança, cuja liminar foi deferida em setembro/2019, para suspender a exigibilidade do referido montante de R\$ 57.995mil, bem como determinar a autoridade que se abstinhasse de praticar qualquer ato de cobrança ou compensação contra a SJT, até que fosse proferida a decisão no Recurso Administrativo pendente de julgamento na ANEEL, razão pela qual a contabilização mensal da RAP voltou a ser realizada pela ONS, no fim de setembro/2019.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

No mês seguinte, em 18.10.2019, foi publicado o despacho ANEEL nº 2.765/2019 que rejeitou o recurso administrativo interposto pela SJT e manteve a decisão de compensação da RAP no período supracitado, motivo pelo qual a ONS, novamente, realizando a compensação, suspendeu, nos meses de outubro e novembro de 2019, o pagamento da parcela mensal do RAP em favor da SJT.

Em dezembro/2019 o Mandado de Segurança foi julgado, confirmando a liminar anteriormente deferida, motivo pelo qual a SJT foi reestabelecida, ainda que provisoriamente, ao sistema de contabilização de receita da ONS. Atualmente, o mérito dessa questão está sendo discutido na Ação Ordinária 1034249-13.2019.4.01.340, que aguarda apreciação do pedido de tutela antecipada.

A Administração da Companhia juntamente com seus assessores jurídicos confirmam que é praticamente certo que após o julgamento do referido processo as RAPs dos meses de julho, agosto, outubro e novembro de 2019, que somam a quantia de R\$ 15.102mil, sejam liberadas para faturamento e recebimento financeiro, por este motivo a Administração julga que não há quaisquer riscos de perda esperada pra as respectivas RAPs.

b) SPT - São Pedro Transmissora de Energia S.A. (ativo reclassificado para ativo não circulante mantido para venda)

A São Pedro Transmissora de Energia S.A. ("SPT" ou "Companhia"), companhia privada de capital fechado, foi constituída em 06 de agosto de 2013 e está estabelecida desde 14 de agosto de 2017, na Av. Marginal Direita do Tietê, 500, bloco I 1º andar B sala 01. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE e tem por objeto social a exploração de concessão de serviço público de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

c) Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Milão (FIP Milão)

O Fundo de investimento em Participações Multiestratégia Milão (FIP Milão), possui investimento nas seguintes Companhias:

Investidas	Participação
Triângulo Mineiro Transmissora S.A. (TMT) (a)	51,00%
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. (VSB) (b)	51,00%
São João Transmissora S.A.	97,92%
São Pedro Transmissora S.A.	98,03%
Bom Jesus Eólica S.A. (c)	50,99%
Cachoeira Eólica S.A. (c)	50,99%

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

Investidas	Participação
Pitimbu Eólica S.A. (c)	50,99%
São Caetano Eólica S.A. (c)	50,99%
São Caetano I Eólica S.A. (c)	50,99%
São Galvão Eólica S.A. (c)	50,99%
Carnaúba I Eólica S.A. (c)	50,98%
Carnaúba II Eólica S.A. (c)	50,99%
Carnaúba III Eólica S.A. (c)	50,98%
Carnaúba V Eólica S.A. (c)	50,99%
Cervantes I Eólica S.A. (c)	50,98%
Cervantes II Eólica S.A. (c)	51,00%
Punaú I Eólica S.A. (c)	50,99%

c.1) TMT - Triângulo Mineiro Transmissora S.A.:

A Triângulo Mineiro Transmissora S.A. ("TMT" ou "Companhia"), companhia privada de capital fechado, foi constituída em 26 de novembro de 2012 e está estabelecida na Rua Voluntários da Pátria, nº 113, Botafogo, Rio de Janeiro. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE que tem por objeto social a implantação e exploração de concessão de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Em 17 de dezembro de 2018 foi assinado entre a controladora Âmbar Energia Ltda, Fundo de Investimento em Participação Multiestratégia Milão e a compradora Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - TAESA o acordo de compra e venda (SPA) de 51% das ações representativas do capital total e votante. A consumação da referida venda está sujeita a cumprimento de condições precedentes usuais para a operação.

c.2) VSB - Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.:

A Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. ("VSB" ou "Companhia"), companhia privada de capital fechado, foi constituída em 1º de agosto de 2013 e está estabelecida na Rua Voluntários da Pátria, nº 113, Botafogo, Rio de Janeiro. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE e tem por objeto social implantação e exploração de empreendimento composto de instalações de transmissão de energia elétrica no Estado de Goiás e no Distrito Federal, relativas ao Lote B do Leilão de Transmissão ANEEL 02/2013. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Em 17 de dezembro de 2018 foi assinado entre a controladora Âmbar Energia Ltda, Fundo de Investimento em Participação Multiestratégia Milão e a compradora Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - TAESA o acordo de compra e venda (SPA) de 51% das ações representativas do capital total e votante. A consumação da referida venda está sujeita a cumprimento de condições precedentes usuais para a operação.

c.3) Eólicas

As Companhias eólicas: Bom Jesus Eólica S.A, Cachoeira Eólica S.A, Pitimbu Eólica S.A, São Caetano Eólica S.A, São Caetano I Eólica S.A, São Galvão Eólica S.A, Carnaúba I Eólica S.A, Carnaúba II Eólica S.A, Carnaúba III Eólica S.A, Carnaúba V Eólica S.A, Cervantes I Eólica S.A, Punaú Eólica S.A. As SPEs têm por objeto social a implantação, operação, manutenção e exploração das instalações de geração eólica, seu sistema de transmissão de energia elétrica associado e demais obras complementares.

Estas companhias eólicas foram originadas do Leilão Público nº 5/2013 ("Leilão"), realizado em 23 de agosto de 2013, cujo objeto deste leilão foi a contratação de Energia de Reserva proveniente de empreendimentos de geração, a partir da fonte eólica, destinada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), no Ambiente de Contratação Regulada (ACR). De acordo com o referido Leilão, as Companhias eólicas possuíam a obrigação de iniciarem as suas operações comerciais até setembro de 2015, porém com a decretação de falência da Wind Power Energia S.A. (WPE), principal fornecedor dos empreendimentos de aerogeradores, e a consequente rescisão dos contratos de fornecimentos, não cumpriu os prazos determinados, e foram descontratadas do referido leilão.

Mesmo após a descontração, a Administração continua a atuar na gestão dos ativos e recursos já investidos nos empreendimentos, bem como na avaliação das opções mais viáveis para uma resolução do atual quadro no qual as Companhias se encontram.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de dezembro de 2019, os acionistas das Companhias aprovaram a dissolução e início do processo de liquidação das Companhias, nos termos do artigo 206, I, c da Lei nº 6.404/76, bem como a destituição dos diretores das Companhias e a nomeação de dois liquidantes. Ao longo do ano de 2020, será realizado um diagnóstico completo para avaliar a viabilidade do negócio, contemplando o custo e o investimento necessário para a continuidade do projeto eólico e, até o momento, não há planos definidos ou intenções que possam afetar substancialmente o valor ou a classificação de ativos e passivos apresentados nas Demonstrações Contábeis.

12. Ativos mantidos para venda

Em 17 de dezembro de 2018 foi assinado entre a controladora Âmbar Energia Ltda, Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Milão e a compradora Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - TAESA o acordo de compra e venda (Share Purchase Agreement - SPA) de 100% das ações representativas do capital total e votante.

As classes de ativos e passivos classificados como "ativos/passivos mantidos para venda que possuem saldo no balanço em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 são:

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

	31/12/2019					Total
	Controladora	Consolidado			Perda da SPT ⁽²⁾	
	São João	São Pedro	FIP ⁽¹⁾			
Ativo						
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	-	430	2.458	-	-	2.888
Contas a receber	-	3.953	4.587	-	-	8.540
Outros ativos destinados à venda	-	2.545	1.285	-	-	3.830
Tributos e contribuições a compensar	-	50	95	-	-	145
Ativo contatual da concessão	-	46.362	42.658	-	-	89.020
Outros ativos circulantes	-	228	350	-	-	578
	-	53.568	51.433	-	-	105.001
Ativo não circulante						
Ativo contatual da concessão	-	445.830	547.446	-	(156.745)	836.531
Partes relacionadas	-	-	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes	-	3.772	11.752	-	-	15.524
Investimentos em controladas	1.099.918	-	-	385.476	-	385.476
Imobilizado	-	6	56	-	-	62
Intangível	-	23	30	-	-	53
	1.099.918	449.631	559.284	385.476	(156.745)	1.237.646
Total do ativo	1.099.918	503.199	610.717	385.476	(156.745)	1.342.647
Passivo						
Passivo circulante						
Empréstimos e financiamentos	-	30.933	26.638	-	-	57.571
Fornecedores	-	379	1.907	-	-	2.286
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	-	1.931	1.495	-	-	3.426
Outros passivos circulantes	-	1.675	2.192	-	-	3.867
	-	34.918	32.232	-	-	67.150
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	-	84.930	60.812	-	-	145.742
Provisão para IR e CSLL	-	12.080	6.776	-	-	18.856
Provisão para riscos fiscais	-	7	12	-	-	19
	-	97.017	67.600	-	-	164.617
Total do passivo	-	131.935	99.832	-	-	231.767

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

	31/12/2018				Total
	Controladora	Consolidado			
	São João	São Pedro	FIP ⁽¹⁾		
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.691	5.943	-	7.634
Contas a receber	-	4.747	8.429	-	13.176
Outros ativos destinados à venda	-	4.520	2.233	-	6.753
Tributos e contribuições a compensar	-	35	100	-	135
Ativo contatual da concessão	-	45.891	42.604	-	88.495
Outros ativos circulantes	-	260	297	-	557
	-	57.144	59.606	-	116.750
Ativo não circulante					
Ativo contatual da concessão	-	444.118	539.996	-	984.114
Partes relacionadas	-	930	930	-	1.860
Outros ativos não circulantes	-	3.725	11.843	-	15.568
Investimentos em controladas	1.181.230	-	-	351.344	351.344
Imobilizado	-	8	67	-	75
Intangível	-	36	46	-	82
	1.181.230	448.817	552.882	351.344	1.353.043
Total do ativo	1.181.230	505.961	612.488	351.344	1.469.793
Passivo					
Passivo circulante					
Fornecedores	-	147.572	25.672	-	173.244
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	-	831	1.280	-	2.111
Outros passivos circulantes	-	953	877	-	1.830
	-	1.590	314	-	1.904
	-	150.946	28.143	-	179.089
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	-	-	88.866	-	88.866
Provisão para riscos processuais e fiscais	-	7.819	2.895	-	10.714
	-	7.819	91.761	-	99.580
Total do passivo	-	158.765	119.904	-	278.669

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

O resultado das operações descontinuadas em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 são:

	31/12/2019					31/12/2018					
	Consolidado					Consolidado					
	Controladora	São João	São Pedro	FIP (1)	Perda da SPT (2)	Total	Controladora	São João	São Pedro	FIP (1)	Total
Receita operacional líquida	-	32.189	47.811	-	-	80.000	-	51.864	48.678	-	100.542
Custo operacionais	-	(6.404)	(26.174)	-	-	(32.578)	-	(17.369)	(22.289)	-	(39.658)
Lucro (prejuízo) bruto	-	25.785	21.637	-	-	47.422	-	34.495	26.389	-	60.884
Despesas administrativas e gerais	-	(851)	(1.793)	-	-	(2.644)	-	(6.505)	(4.596)	-	(11.101)
Outras receitas (despesas), líquidos	-	-	-	-	(156.744)	(156.744)	-	(51.129)	(46.220)	-	(97.349)
	-	(851)	(1.793)	-	(156.744)	(159.388)	-	(57.634)	(50.816)	-	(108.450)
Resultado operacional	-	24.934	19.844	-	(156.744)	(111.966)	-	(23.139)	(24.427)	-	(47.566)
Resultado financeiro											
Receita financeira	-	870	1.736	-	-	2.606	-	1.155	1.680	-	2.835
Despesa financeira	-	(5.792)	(5.362)	-	-	(11.154)	-	(6.254)	(4.913)	-	(11.167)
	-	(4.922)	(3.626)	-	-	(8.548)	-	(5.099)	(3.233)	-	(8.332)
Resultado de equivalência patrimonial	(105.506)	-	-	24.363	-	24.363	(102.043)	-	-	(43.274)	(43.274)
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(105.506)	20.012	16.218	24.363	(156.744)	(96.151)	(102.043)	(28.238)	(27.660)	(43.274)	(99.172)
IRPJ e CSLL corrente	-	(5.274)	(5.121)	-	-	(10.395)	-	(2.461)	(720)	-	(3.181)
IRPJ e CSLL diferido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	(105.506)	14.738	11.097	24.363	(156.744)	(106.546)	(102.043)	(30.699)	(28.380)	(43.274)	(102.353)

(1) O montante apresentado refere-se à participação do FIP nas Companhias TMT e VSB, na qual o FIP não detém o controle, entretanto as respectivas investidas foram destinadas a venda.

(2) O montante apresentado refere-se a perda ao valor recuperável da controlada SPT de R\$ 156.744 (R\$ 3.089 Âmba e R\$ 153.656 FIP), vide nota 1.4.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

Os fluxos de caixa líquidos incorridos pelas empresas com ativos mantidos para venda em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 são:

	2019	2018
Atividades operacionais	63.516	63.042
Atividades de investimentos	(20.371)	(33.563)
Atividades de financiamento	(47.890)	(47.852)
	<u>(4.745)</u>	<u>(18.373)</u>

13. Imobilizado

Os itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo de histórico de aquisição, formação ou construção, acrescido de juros e demais encargos financeiros durante a sua construção, deduzido de depreciação acumulada. Os bens do ativo imobilizado são avaliados, para fins de sua redução, quando há evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Os gastos são capitalizados apenas quando há aumento na vida útil-econômica do imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo e são reconhecidos no resultado.

A depreciação é calculada pelo método linear com base a vida útil de cada ativo, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após a vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados pelo menos ao final do exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

A composição do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 na controladora é como segue:

Imobilizado	Taxa	Custo	Mais (Menos) Valia	Depreciação mais/(menos) valia	DAC (*)	Líquido	
						31/12/19	31/12/18
Terra nua e terrenos	-	2.299	46.720	-	-	49.019	49.019
Máquinas e equipamentos	10%	303.901	39.669	(12.002)	(259.614)	71.954	86.617
Instalações	4%	230.492	(1.927)	(547)	(183.521)	44.497	51.443
Equipamentos de informática	20%	2.465	-	-	(2.206)	259	279
Veículos e aeronaves	20%	382	-	-	(316)	66	20
Obras em andamento	-	134	-	-	-	134	80
Outros	10%	20.711	-	-	(1.770)	18.941	18.960
		<u>560.384</u>	<u>84.462</u>	<u>(12.549)</u>	<u>(447.427)</u>	<u>184.870</u>	<u>206.418</u>

(*) Depreciação acumulada.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

Movimentação do ativo imobilizado da controladora

Imobilizado	31/12/18	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	31/12/19
Terra nua e terrenos	49.019	-	-	-	-	49.019
Máquinas e equipamentos	86.617	93	(107)	105	(14.754)	71.954
Instalações	51.443	28	(23)	20	(6.971)	44.497
Equipamentos de informática	279	58	(314)	336	(100)	259
Veículos e aeronaves	20	58	-	-	(12)	66
Obras em andamento	80	54	-	-	-	134
Outros	18.960	3	(84)	83	(21)	18.941
	<u>206.418</u>	<u>294</u>	<u>(528)</u>	<u>544</u>	<u>(21.858)</u>	<u>184.870</u>

No consolidado

Imobilizado	Custo	Mais (Menos) valia	Depreciação Mais (Menos) Valia	DAC (*)	Impairment	Líquido	
						31/12/19	31/12/18
Terra nua e terrenos	5.271	46.720	-	-	(1.922)	50.069	50.064
Máquinas e equipamentos	308.517	39.669	(12.002)	(262.658)	-	73.526	88.041
Instalações	1.184.099	(86.861)	12.175	(720.221)	(296.767)	92.425	102.784
Equipamentos de informática	6.640	-	-	(6.245)	(1)	394	744
Veículos e aeronaves	1.959	-	-	(1.593)	(14)	352	429
Obras em andamento	156	-	-	-	-	156	310
Outros	51.337	-	-	(32.366)	(5)	18.967	18.989
	<u>1.557.980</u>	<u>(472)</u>	<u>173</u>	<u>(1.023.083)</u>	<u>(298.709)</u>	<u>235.889</u>	<u>261.361</u>

(*) Depreciação acumulada.

Movimentação do ativo imobilizado consolidado:

Imobilizado	31/12/18	Adições	Baixas	Transf.	Impairment	Depreciação	Var. Cambial	31/12/19
Terra nua e terrenos	50.064	-	-	-	-	-	5	50.069
Máquinas e equipamentos	88.041	396	(124)	104	-	(14.943)	52	73.526
Instalações	102.784	1.174	(23)	19	20.370	(32.992)	1.093	92.425
Equipamentos de informática	744	141	(414)	336	1	(524)	110	394
Veículos e aeronaves	429	178	(90)	90	20	(281)	6	352
Obras em andamento	310	(190)	-	-	-	-	36	156
Outros	18.989	3	(85)	85	1	(26)	-	18.967
	<u>261.361</u>	<u>1.702</u>	<u>(736)</u>	<u>634</u>	<u>20.392</u>	<u>(48.766)</u>	<u>1.302</u>	<u>235.889</u>

14. Intangível

São avaliados ao custo de aquisição e subsequentemente deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável, bem como pela expectativa de rentabilidade futura de investimentos em controladas. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica, sendo compostos por softwares e ágio de investimentos em controladas.

A seguir a composição do intangível:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Softwares	73	56	106	91
Ágio de investimentos em controladas (*)	-	-	683.922	672.813
	<u>73</u>	<u>56</u>	<u>684.028</u>	<u>672.904</u>

(*) Conforme pronunciamentos contábeis, o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), nas demonstrações contábeis consolidadas são reclassificados para o grupo dos ativos intangíveis.

Premissas para teste do ágio para verificação de perda do valor recuperável:

Em 31 de dezembro de 2016, a Empresa testou a recuperabilidade do ágio de cada um de seus grupos de UGC (Unidades Geradoras de Caixa), do projeto integrado Cuiabá que é composto pelas empresas Âmba Energia, a GOM e a GOB, onde a GOM e a GOB transportam o gás para a Âmba, que mantinham ágio, utilizando o conceito de valor em uso por meio de modelos de fluxos de caixa com data base em 31 de dezembro de 2016. A determinação do valor em uso envolve o uso de premissas sobre fluxos de caixa, tais como operação com o gás extraordinário da Bolívia, despacho, custos e despesas, e taxas de desconto. A Administração projeta fluxos de caixa por um período de 10 anos. O valor terminal foi atribuído com base na média dos últimos três anos do fluxo de caixa para o restante de vida útil da empresa. A taxa de desconto utilizada foi de 14% baseada na taxa Risco Brasil de 13% + 1% de margem, tendo em vista que a empresa não possui financiamentos. O teste foi efetuado para o grupo de UGCs para os quais foram alocados e provisionados o montante total de R\$ 30.118, R\$ 26.669 da Âmba e R\$ 3.448 da GOM.

Em 31 de Dezembro de 2018, a Empresa voltar a testar com novas premissas onde a taxa de desconto utilizada foi de 11,28% (LTN2025: 8,78% + risco 2,50%), também não resultando impacto.

Em 31 de Dezembro de 2019, a Empresa testou novamente com novas premissas considerando a base do Ativo Fixo para cada Empresa conforme os livros da J&F de:

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

- Âmbar: R\$ 475.000;
- GOM: R\$ 175.000;
- GOB: R\$ 314.000;
- Total: R\$ 965.000.

O fluxo de caixa deste cenário foi de R\$ 1.226.465, o que é superior ao Ativo Imobilizado.

- Valor justo: na etapa dois do teste de impairment, a Empresa estimou o valor justo do projeto integrado de acordo com o CPC 01, considerando o caso acima. As técnicas de valor presente foram aplicadas a esse fluxo de caixa. Considerando este cenário, foi determinado um valor justo estimado de R\$ 972.000 (incluindo caixa inicial R\$132.000).

Na determinação do valor presente do fluxo de caixa, a Empresa utilizou uma taxa de desconto de 11,28% (LTN2025: 8,78% + risco 1,60%)

Considerando que o teste resultou em um valor justo de R\$972.000, o que não representa um excesso sobre o valor contábil, a Empresa não registrou ajuste em seus registros contábeis.

Movimentação do ágio

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2017	632.422	632.422
Varição Cambial	40.391	40.391
Saldos em 31 de dezembro de 2018	672.813	672.813
Varição Cambial	11.109	11.109
Saldos em 31 de dezembro de 2019	683.922	683.922

UGC - Unidade Geradora de Caixa

	Consolidado	
	2019	2018
Ágio Gasorientado Boliviano (GOB)	284.143	273.034
Ágio Âmbar Energia Ltda	244.897	244.897
Ágio Gasocidente de Mato Grosso (GOM)	154.882	154.882
	683.922	672.813

Movimentação do intangível no consolidado:

	31.12.18	Transf.	Adições/ (baixas)	Varição cambial	Amortização	31.12.19
Softwares	91	1	55	-	(41)	106
Ágio	672.813	-	-	11.109	-	683.922
	672.904	1	55	11.109	(41)	684.028

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

15. Empréstimos e financiamentos

Demonstramos abaixo a composição dos empréstimos (controladora e consolidado):

Modalidade	Controlada	Taxa Média Anual	Indexador	Vencimento	2019
Em moeda Nacional					
Notas Promissórias (3 séries)	Âmbar	6,54%	CDI	18 meses	501.637
Custo de transação (a)	Âmbar	(a)	-	(a)	(6.640)
					<u>494.997</u>
				Circulante	336.426
				Não circulante	158.571
					<u>494.997</u>

(a) Com a emissão das notas promissórias no ano de 2019 a Empresa teve custos que foram captados conforme CPC 08 (R1).

Em 12 de dezembro de 2019, a Empresa emitiu Notas Promissórias comerciais, com garantia real, em três séries, no valor total de R\$ 500.000, sendo R\$ 180.000 da primeira série, R\$ 160.000 da segunda série e R\$ 160.000 da terceira série para distribuição pública. O coordenador líder é o Banco Bradesco S.A.

As principais garantias para emissão das Notas Promissórias incluem:

- Alienação Fiduciária de 100% das ações da Empresa;
- Alienação Fiduciária da totalidade dos dividendos pagos para J&F pela JBS S/A;
- Alienação Fiduciária de ações da JBS S.A. em proporção igual a 150% do valor da emissão.

Demonstramos a seguir a movimentação dos empréstimos:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	-	-
Liberações	500.000	-	500.000
Transferência longo x curto prazo	(160.000)	160.000	-
Encargos sobre empréstimos	1.113	524	1.637
Custo de captação dos empréstimos	(4.687)	(2.344)	(7.031)
Amortização do custo de captação	-	391	391
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>336.426</u>	<u>158.571</u>	<u>494.997</u>

A tabela a seguir apresenta a maturidade da dívida de longo prazo:

Ano	2019	2018
2020	-	-
2021	158.571	-
Após 2021	-	-
	<u>158.571</u>	<u>-</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

16. Fornecedores circulante e não circulante

Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal dos negócios. O prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os saldos são classificados no passivo circulante. Quando aplicável são acrescidos encargos.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Siemens Westinghouse - LTP (a)	1.018	66	1.018	66
Provisão operacional (b)	829	264	829	264
YPFB Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos	114.674	-	114.674	-
Diversos (c)	56.001	15.714	46.674	17.059
Fornecedores circulante	172.522	16.044	163.195	17.389
Petrobrás (d)	25.249	25.249	25.249	25.249
Fornecedores não circulante	25.249	25.249	25.249	25.249
	<u>197.771</u>	<u>41.293</u>	<u>188.444</u>	<u>42.638</u>

(a) O saldo da Siemens Westinghouse - LTP refere-se à aquisição das peças para a manutenção.

(b) O saldo de provisão operacional refere-se à provisão dos encargos do sistema: CUSD, CCT e TFSEE.

(c) O saldo é composto principalmente da provisão de manutenção da usina, por período de operação.

(d) O saldo da Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A. refere-se take or pay em aberto do Contrato de Compra e Venda de Gás Natural. Vide nota explicativa nº 1.3.;

17. Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Salários e encargos	1.147	910	1.210	910
Provisões para férias e encargos	2.530	3.125	4.584	4.767
Retenções na fonte	689	573	728	573
PIS/COFINS	27.004	23	27.920	23
IR/CSLL	4.819	4.819	11.159	10.812
Outros	11	3	7.795	30
	<u>36.200</u>	<u>9.453</u>	<u>53.396</u>	<u>17.115</u>
Passivo circulante	36.200	9.453	47.063	10.454
Passivo não circulante (a)	-	-	6.333	6.661
	<u>36.200</u>	<u>9.453</u>	<u>53.396</u>	<u>17.115</u>

(a) O passivo não circulante apresenta o montante de R\$ 955 referente a provisão de bônus que será pago aos funcionários que completarem 5 anos (GOB) e o montante de R\$ 5.377 referente a IR (12,5%) sobre os juros a pagar ao empréstimo firmando entre a GOB e a GOM.

18. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

(a) Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é constituída com base no lucro tributável do exercício. A base tributável difere do prejuízo apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

(b) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são registrados com base no saldo de prejuízo fiscal, base de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicáveis, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A Empresa e suas controladas constituem imposto de renda diferido passivo, quando aplicável, sobre os efeitos tributários da variação cambial de fornecedores, controlados fiscalmente pelo regime de caixa.

A Empresa possui um ativo diferido de R\$ 8.065 adquirido com a incorporação da Zetta Lighting no ano de 2016 que se refere ao ágio fiscal da compra desta.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação ou em diferentes entidades tributáveis sempre que exista a intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

A Empresa aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, instituída pela Medida Provisória nº 783 de 31 de maio de 2017, onde permitiu que a empresa liquidasse seus débitos de empresas que fossem controladas direta ou indiretamente.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

Em 29 de setembro de 2017, a Âmbar e sua controlada GOM cedeu seus créditos tributários de 2009 a 2015 à JBS que desejava liquidar parte dos seus débitos incluídos na modalidade "Pagamento a vista" do PERT com a utilização de créditos de empresas que fossem controladas direta ou indiretamente por uma mesma empresa. A cedente chamada de Âmbar por sua vez se enquadra nas exigências, pois é empresa diretamente controlada pela J&F Investimentos chamada de interveniente anuente. A cedente declara que o objeto do Contrato de Cessão de Créditos Tributários, datado de 01 de novembro de 2017, com efeitos retroativos a data de 29 de setembro de 2017, incluiu os direitos, prerrogativas e garantias asseguradas aos respectivos Créditos, e neste ato a Âmbar expressamente anuiu e ratificou a realização do pagamento referido para a J&F, que por sua vez reconheceu o direito da Âmbar de computar esse saldo para fins de amortização nos termos do "Conta corrente" firmado entre ambas. Em 29 de setembro de 2018, a Âmbar cedeu créditos de 2013 a 2015 decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL com o objetivo de liquidar parte dos seus débitos incluídos na modalidade "Pagamento à vista" do PRR (Programa de Regularização Tributária), com a utilização de créditos de empresas que fossem controladas direta ou indiretamente por uma mesma empresa. A cedente declara que o objeto do Contrato de Cessão de Créditos Tributários, datado de 27 de setembro de 2018. Os créditos foram recebidos via conta corrente em 28 de setembro de 2018.

Seguem quadros demonstrando a origem dos créditos fiscais da Empresa e sua controlada GOM:

Âmbar

Ano	Prejuízo Fiscal	Base Negativa	Crédito Fiscal
2008	101.454	101.454	34.494
2009	157.491	157.491	53.547
2010	15.665	15.665	5.326
2013	22.449	22.449	7.633
2014	149.879	149.879	50.959
2015	159.643	159.643	54.279
	<u>606.581</u>	<u>606.581</u>	<u>206.238</u>

GOM

Ano	Prejuízo Fiscal	Base Negativa	Crédito Fiscal
2009	22.353	22.353	7.600
2010	15.808	15.808	5.375
2011	17.193	17.193	5.846
2012	15.932	15.932	5.417
2013	15.424	15.424	5.244
2014	13.753	13.753	4.676
2015	46.488	46.488	15.806
	<u>146.951</u>	<u>146.951</u>	<u>49.964</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

A reconciliação entre as alíquotas efetivas e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Resultado antes da tributação	(138.668)	(158.858)	(140.073)	(163.538)
Resultado presumido de incorporadas	-	-	35.455	113.956
Expectativa de despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social - Nominal combinada de 34%	47.147	54.012	35.570	16.858
Ajuste para demonstração da taxa efetiva				
(-) Resultados Positivos/Negativos em Participações Societárias	(23.390)	(35.223)	(11.432)	(1.262)
Provisão para perdas de créditos fiscais	(11.937)	(582)	(11.937)	(622)
Provisão para desvalorização - ativo imobilizado e estoques	-	-	34.351	3.432
Perda de variação cambial não reconhecida	785	367	29.859	6.653
Prejuízo fiscal e base negativa não reconhecidos	(11.519)	(18.563)	(21.312)	(24.883)
Prejuízo fiscal e base negativa reconhecidos (a)	-	94.727	10.709	98.000
Outras diferenças permanentes	(1.086)	(11)	(60.052)	(11)
Utilização prejuízo fiscal/base negativa anos anteriores e 10% base imposto	-	-	(5.251)	-
	<u>-</u>	<u>94.727</u>	<u>505</u>	<u>98.165</u>
Receitas (despesas) de imposto de renda e contribuição social:				
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	-	-	(6.645)	165
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (a)	-	94.727	7.150	98.000
	<u>-</u>	<u>94.727</u>	<u>505</u>	<u>98.165</u>

(a) O montante de R\$ 7.150 divulgado no consolidado como receitas de imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a R\$ 746 da controlada GOM referente a diferenças temporárias de variação cambial, R\$ 8.769 da controlada GOB referente a diferença de depreciação contábil versus tributária e R\$ 873 referente ao IRPJ/CSSL da mais Valia referente ao laudo de aquisição da GOB;

Composição do ativo e passivo fiscal diferido:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Ativo				
Imposto de renda e contribuição social diferidos (a)	12.346	12.346	39.623	39.677
Passivo				
Imposto de renda e contribuição social diferidos (b)	(4.603)	(4.603)	(90.183)	(95.127)
	<u>7.743</u>	<u>7.743</u>	<u>(50.560)</u>	<u>(55.450)</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

- (a) O ativo diferido da Empresa é composto por R\$ 8.013 referente ao ágio fiscal de aquisição da Zetta Lighting no ano de 2016 e R\$ 4.333 referente reconhecimento de crédito sobre prejuízos fiscais e base negativa constituído para liquidação integral do passivo referente ao PERT relatado acima. Este crédito fiscal será baixado quando os parcelamentos forem consolidados pela Receita Federal do Brasil. No ano de 2019, a Empresa não o IR e CSLL diferido sobre prejuízos fiscais no montante de R\$ 58.020 (IR - R\$ 42.662 e CSLL - R\$ - 15.358).

No consolidado o valor de R\$ 39.623 também é composto pela constituição de crédito de 30% sobre o prejuízo fiscal da controlada GOM para abatimento do IRPJ a pagar sobre diferenças temporárias de variação cambial apuradas em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$ 2.725 e R\$ 4.946 referente ao IRPJ/CSSL da mais Valia referente ao Laudo de Aquisição da GOM e R\$ 19.606 referente ao ágio fiscal de aquisição da empresa GOB em 2016.

- (b) O passivo diferido da Empresa é composto por R\$ 4.603 referente ao ganho na aquisição de participação do investimento FDIC.

No consolidado o valor de R\$ 90.183 também está associado ao reconhecimento das diferenças temporárias de variação cambial ativa apuradas em 31 de dezembro de 2019 da controlada GOM no montante de R\$ 9.082 e R\$ 76.498 referente a diferença de depreciação contábil versus tributária da controlada GOB.

19. Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
P&D (a)	2.142	2.993	2.142	2.993
FNDCT	506	-	506	-
MME	253	-	253	-
Outros (b)	4.762	4.584	6.405	6.018
	<u>7.663</u>	<u>7.577</u>	<u>9.306</u>	<u>9.011</u>

- (a) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) a partir de outubro de 2015: Com a retomada da licença de operação desde outubro de 2015, a Empresa provisionou o montante de R\$ 2.142 referente a obrigação com P&D.

- (b) O montante de R\$ 6.405 apresentado no consolidado é composto por:

- R\$ 4.281 referente Provisão de Participação nos Lucros e Resultados da Empresa: Controladora R\$ 3.906 e Âmbar Comercializadora R\$ 375;
- R\$ 808 referente provisão ao fornecedor YPF (Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos) - GOB;
- R\$ 1.092 referente diversos fornecedores: - Controladora R\$ 857 e GOB R\$ 235;
- R\$ 224 referente taxa de administração provisionada pelo Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Milão;

20. Provisão para riscos processuais e fiscais

A Empresa e suas controladas no curso normal dos seus negócios, estão sujeitas a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa de desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para riscos processuais. Com base nessa avaliação, considerando a perda como provável, as seguintes provisões foram efetuadas:

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fiscais	1.383	1.418	2.036	2.131
Trabalhistas	-	353	-	368
	<u>1.383</u>	<u>1.771</u>	<u>2.036</u>	<u>2.499</u>

Movimentação dos processos:

	2018	Adição	Liquidação	2019
Fiscais	1.418	146	(181)	1.383
Trabalhistas (a)	353	-	(353)	-
Total	<u>1.771</u>	<u>146</u>	<u>(534)</u>	<u>1.383</u>
	2018	Adição	Liquidação	2019
Trabalhistas (a)	368	-	(368)	-
Fiscais (b)	2.131	183	(278)	2.036
Total	<u>2.499</u>	<u>183</u>	<u>(646)</u>	<u>2.036</u>

- (a) Em 31 de dezembro de 2019, a empresa baixou o saldo em contingência trabalhista no valor de R\$ 353, referente a 2 reclamações trabalhistas na controladora e R\$ 15 referente a 1 reclamação na controlada GOM, devido a mudanças de estimativas;
- (b) A Empresa obteve Liminar para suspensão do pagamento dos impostos de PIS e COFINS sobre a receita financeira em 07/2015, porém mantém a provisão de R\$ 1.980 destes impostos na contabilidade, até trânsito em julgado do processo e também mantém a provisão de R\$ 99 referente ao pagamento de multa devido entrega em atraso da EFD contribuições no ano de 2013 e 2014. E em 21 de novembro de 2019 foi expedida uma liminar a favor da Companhia pela 21ª VARA CÍVEL FEDERAL de São Paulo, que resguarda a mesma de recolher as contribuições (INSS) destinadas a terceiros, sobre uma base de cálculo limitada a 20 salários mínimos vigente no país. As provisões são corrigidas pela taxa SELIC, montante representado por R\$ 56.

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 o capital social da Empresa era composto pelo saldo de R\$ 1.304.524 e representado por 1.304.523.502 ações nominativas e sem valor nominal. A seguir as alterações societárias:

Em 28 de março de 2018 mediante a 53ª ACS - Alteração e Consolidação do Contrato Social, os sócios da Âmba deliberaram a redução do capital da Âmba em R\$ 197.467 por julgá-lo excessivo em relação ao objeto social. em contra partida reduziu o saldo de partes relacionadas conforme mencionado em nota explicativa 9 (a). Diante disso, o saldo de R\$ 2.126.283 passou a ser R\$ 1.928.816.

A diferença de R\$ 12.912 que apresenta entre os saldos de capital social de 31 de dezembro de 2017 e após a alteração do contrato social da 53ª ACS ocorrida em 28 de março de 2018, foi incorporado ao capital na ata da 54ª ACS datada em 27 de abril de 2018.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

Ainda neste mesmo ato societário, ou seja, na 54ª ACS, cláusula 1.1, os sócios deliberaram o aumento do capital em R\$ 101.828, passando de R\$ 1.928.816 para R\$ 2.030.644 e adicionalmente na cláusula 1.3 os sócios aprovaram a absorção dos prejuízos no valor de R\$ 266.032.

Em 30 de dezembro de 2019 mediante a 58ª ACS - Alteração e Consolidação do Contrato Social, os sócios da Âmbar deliberaram a redução do capital da Âmbar em R\$ 473.000 por julgá-lo excessivo em relação ao objeto social. Diante disso, o saldo de R\$ 1.777.524 passou a ser R\$ 1.304.524 representado por 1.304.523.502 ações nominativas e sem valor nominal.

22. Receita líquida

A Empresa está operando no mercado de Curto prazo com a CCEE. Esta receita está reconhecida na parcela de energia. Quanto a receita consolidada, é composta também pela receita de transporte de gás natural da GOB na fronteira com a Bolívia/Brasil.

A composição da receita operacional líquida apresenta-se da seguinte maneira:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita de vendas de produtos	362.419	-	399.805	1.949
	362.419	-	399.805	1.949
(-) Encargos regulatórios	(4.789)	6.176	(4.789)	6.176
(-) Impostos sobre vendas e serviços	(33.673)	-	(42.440)	(333)
	(38.462)	6.176	(47.229)	5.843
Receita Operacional Líquida	323.957	6.176	352.576	7.792

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

23. Custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Custo de gás	(268.822)	932	(243.975)	932
Seguros	(3.138)	(1.707)	(3.138)	(1.707)
Salários e encargos	(24.766)	(24.840)	(33.361)	(31.781)
Manutenção das instalações	(25.350)	(3.927)	(28.782)	(7.296)
Depreciação	(21.897)	(22.298)	(28.443)	(28.907)
Outros custos	(924)	(574)	(1.560)	(790)
Serviços externos contratados	(3.185)	(8.720)	(4.362)	(9.984)
Encargos do Sistema	(16.339)	(9)	(16.339)	(9)
Demais despesas administrativas	(2.443)	(2.021)	(4.135)	(3.850)
Outras receitas (despesas), líquido	(235)	225	(472)	(2.918)
	<u>(367.099)</u>	<u>(62.939)</u>	<u>(364.567)</u>	<u>(86.310)</u>
Custo dos serviços prestados	(343.266)	(35.162)	(335.142)	(51.352)
Despesas gerais e adm. e outras (despesas)	(23.833)	(27.777)	(29.425)	(34.958)
	<u>(367.099)</u>	<u>(62.939)</u>	<u>(364.567)</u>	<u>(86.310)</u>

24. Resultado financeiro, líquido

Substancialmente representadas por remuneração de aplicações financeiras e impostos a recuperar, encargos e variações cambiais de saldos com fornecedores e de empréstimos e financiamentos.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Resultado de variações cambiais ativas e passivas	1.312	1.001	6.757	20.361
Juros sobre capital próprio	1.823	-	(18)	-
Juros passivos	(1.005)	(425)	(1.367)	(425)
Juros ativos	(156)	1.277	(152)	1.251
Impostos, contribuições, tarifas e outros	(263)	(41)	(583)	(144)
	<u>1.711</u>	<u>1.812</u>	<u>4.637</u>	<u>21.043</u>
Receita financeira	12.202	4.583	42.613	46.280
Despesa financeira	(10.491)	(2.771)	(37.976)	(25.237)
	<u>1.711</u>	<u>1.812</u>	<u>4.637</u>	<u>21.043</u>

25. Cobertura de seguros

A Empresa e suas controladas mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Consolidado					
Modalidade	Seguradora	Companhia/ Empresa	Vigência	Importância Segurada (R\$ Mil)	Prêmio (R\$ Mil)
Risco Operacional (a)	Tokio Marine Seguros	Âmbar	08/02/2020 a 08/02/2021	1.838.320	2.235
D&O Administradores	Fator Seguradora	Âmbar	21/12/2012 a 30/06/2020	30.000	5
Risco Operacional (a)	Tokio Marine Seguros	GOM	08/02/2020 a 08/02/2021	1.838.320	2.2235

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

Modalidade	Seguradora	Companhia/ Empresa	Vigência	Importância Segurada (US\$ Mil)	Prêmio (US\$ Mil)
Risco Operacional (a)	Alianza Compañía de Seguros y Reaseguros S.A.	GOB	08/02/2020 a 08/02/2021	265.032	172
Responsabilidade Civil Geral (b)	Alianza Compañía de Seguros y Reaseguros S.A.	GOB	08/12/2018 a 08/12/2020	3.000	14

- (a) Risco Operacional: abrange danos materiais sem cobertura para lucros cessantes cujo objeto segurado engloba a UTE Cuiabá (Usina Termoeletrica) e a GOM - Gasocidente de Mato grosso Ltda. As apólices de seguros da Empresa têm como cossegurada a controlada GOM;
- (b) Responsabilidade Civil Geral: tem por finalidade garantir a indenização ao segurado por danos involuntários, corporais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência de operações da Empresa;

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

26. Instrumentos financeiros e de gestão de risco

Os montantes dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, exceto empréstimos com partes relacionadas, registrados em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, equivalem ao valor de mercado.

Durante estes períodos, a Empresa não realizou operações com instrumentos financeiros que possam ser caracterizados como derivativos.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	4	353	2.613	5.141	3.736
Contas a receber de clientes	5	151.386	1.860	160.938	2.062
Partes relacionadas	9	92.524	113.195	92.360	111.336
		<u>244.263</u>	<u>117.668</u>	<u>258.439</u>	<u>117.134</u>
Passivos					
Fornecedores	16	(223.126)	(41.293)	(213.799)	(42.638)
Partes relacionadas	9	(375.837)	(363.641)	(488.556)	(491.954)
Empréstimos e financiamentos	15	(494.997)	-	(494.997)	-
		<u>(1.093.960)</u>	<u>(404.934)</u>	<u>(1.197.352)</u>	<u>(534.592)</u>

- Risco de crédito;

A Empresa pode incorrer na possibilidade de perdas com valores a receber oriundos de geração de energia junto a CCEE (Câmara Comercializadora de Energia Elétrica). Para reduzir esse risco, é realizada constantemente a análise de crédito dos clientes.

- Risco com taxa de juros;

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Empresa incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Administração entende que o risco de taxa de juros não é relevante. Desta forma, dispensa a apresentação da análise de sensibilidade para este risco.

- Risco de mercado;

As exposições a risco de mercado são constantemente monitoradas, especialmente os fatores de risco relacionados às taxas de juros e variação cambial, que potencialmente afetam o valor de ativos e passivos financeiros e fluxos de caixa futuros.

- Risco com taxa de câmbio;

O risco associado decorre da possibilidade de a Empresa vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados para o exterior ou aumentem valores decorrentes da aquisição de insumos importados.

Para minimizar este risco, a Empresa monitora as exposições e gerencia o risco avaliando a necessidade ou não da utilização de instrumentos financeiros de proteção cambial (derivativos).

- Riscos regulatórios;

Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia (MME), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Empresa, assim como nas transmissoras SJT e SPT.

- Risco de interrupção do serviço;

Em caso de interrupção do serviço, as controladas SJT e SPT estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

- Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas;

Caso as controladas SJT e SPT expandam os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades, dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

- Fluxo de caixa efetivo - Quadro de exposição em moedas estrangeiras.

No balanço de dezembro de 2019 das controladas GOM e GOB, o saldo de exposição cambial em dólares norte-americanos foi de USD 59.113 mil e USD 33.615 mil em 2018.

	US\$ Mil			
	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Passivo				
Partes relacionadas	-	-	30.410	33.598
Fornecedores	28.703	17	28.703	17
Exposição líquida	28.703	17	59.113	33.615

- Análise de sensibilidade;

Conforme o CPC 40 (IFRS 7), a Empresa, para fins de análise de sensibilidade dos riscos de mercado, analisa conjuntamente as posições ativas e passivas indexadas em moeda estrangeira.

Para a análise de sensibilidade das operações indexadas em moeda estrangeira, a Administração adotou como cenário provável os valores da curva futura da oscilação da moeda, com base em projeções e informações de mercado. Como referência, aos demais cenários, foram consideradas a deterioração e apreciação com variações entre 25% e 50% sobre a taxa de câmbio utilizada para apuração dos saldos apresentados nos registros contábeis.

A metodologia adotada para apuração dos saldos apresentados no quadro abaixo, consistiu em substituir a taxa de câmbio de fechamento utilizada para fins de registro contábil pelas taxas expressadas conforme os cenários a seguir:

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

- Cenário de análise de sensibilidade;

	Controladora			
	Taxa de câmbio USD de liquidação das cambiais	Saldo líquido de exposição cambial em USD	Taxa cambial de referência (R\$/USD)	Efeito total de ajuste no PL em Reais (R\$)
50% Pior	6,05	28.703	4,03	57.846
25% Pior	5,04	28.703	4,03	28.923
Realista	4,03	28.703	4,03	-
25% Melhor	3,02	28.703	4,03	(28.923)
50% Melhor	2,02	28.703	4,03	(57.846)

	Consolidado			
	Taxa de câmbio USD de liquidação das cambiais	Saldo líquido de exposição cambial em USD	Taxa cambial de referência (R\$/USD)	Efeito total de ajuste no PL em Reais (R\$)
50% Pior	6,05	59.113	4,03	119.134
25% Pior	5,04	59.113	4,03	59.567
Realista	4,03	59.113	4,03	-
25% Melhor	3,02	59.113	4,03	(59.567)
50% Melhor	2,02	59.113	4,03	(119.134)

27. Eventos subsequentes

- Venda do controle acionário nas transmissoras SJT e SPT

Em 14 de fevereiro de 2020 foi concluído a venda da São João Transmissora de Energia S.A. e São Pedro Transmissora de Energia S.A., dando continuidade ao acordo de compra e venda firmado em 17 de dezembro de 2018 com a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa"), conforme mencionado na nota 1.5.

- Efeito COVID-19 nas Demonstrações Financeiras

A Administração da Empresa afirma que está monitorando os desdobramentos do surto do coronavírus, com objetivo de adequar a operação e preservar a segurança de seus colaboradores e já implementou algumas alterações na gestão de seus negócios, tais como:

Escritório São Paulo e Cuiabá: Foi implantado o sistema de trabalho remoto (Home Office). São Paulo atualmente conta com a presença física de um número limitado de colaboradores, já que toda equipe possui computador portátil, bem como foram disponibilizadas ferramentas de teleconferência para reuniões, celulares corporativos, acesso remoto ao sistema ERP para manutenção da rotina de trabalho.

Usina/GOM/GOB: As atividades seguem dentro da rotina planejada e pré-estabelecida, visando a manutenção da capacidade operacional do complexo.

Entendemos que a Pandemia provocada pelo Covid-19 é um evento sem precedentes na história do País, entretanto, felizmente, as medidas adotadas pela Empresa têm permitido a manutenção das atividades essenciais e necessárias à continuidade dos negócios.

Neste momento, não há como precisar os impactos a médio e longo prazo no cenário econômico e nas operações da Empresa.